

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	93
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	98
--	----

Motivos de Reapresentação	99
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	200.515
Preferenciais	0
Total	200.515
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.058
Preferenciais	0
Total	3.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	19.427.202	18.554.580
1.01	Ativo Circulante	6.870.179	5.860.815
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.554.307	936.678
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.051	4.756
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.051	4.756
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	4.051	4.756
1.01.03	Contas a Receber	2.569.730	2.516.005
1.01.03.01	Clientes	2.569.730	2.516.005
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.351.669	2.323.574
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	218.061	192.431
1.01.04	Estoques	32.989	31.465
1.01.04.01	Almoxarifado	32.989	31.465
1.01.06	Tributos a Recuperar	180.359	152.707
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	180.359	152.707
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição social compensáveis	70.409	23.293
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	109.950	129.414
1.01.07	Despesas Antecipadas	53.712	43.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.475.031	2.176.064
1.01.08.03	Outros	2.475.031	2.176.064
1.01.08.03.03	Outros Créditos	259.192	227.827
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	2.070.790	1.809.234
1.01.08.03.05	Serviços em curso	145.049	139.003
1.02	Ativo Não Circulante	12.557.023	12.693.765
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.860.946	8.133.998
1.02.01.03	Contas a Receber	34.397	35.940
1.02.01.03.01	Clientes	25.865	25.058
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.532	10.882
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.131.312	2.159.671
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.131.312	2.159.671
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.695.237	5.938.387
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	546.562	539.358
1.02.01.09.06	Outros tributos compensáveis	82.462	84.967
1.02.01.09.08	Ativo financeiro da concessão	4.033.672	3.795.279
1.02.01.09.09	Outros Créditos	43.354	47.308
1.02.01.09.10	Ativo financeiro setorial	532.405	836.557
1.02.01.09.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	456.782	634.918
1.02.02	Investimentos	41.250	45.377
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	45.377
1.02.03	Imobilizado	179.829	66.329
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	179.829	66.329
1.02.04	Intangível	4.474.998	4.448.061
1.02.04.01	Intangíveis	4.474.998	4.448.061
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.474.998	4.448.061

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	19.427.202	18.554.580
2.01	Passivo Circulante	6.310.278	5.455.867
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	170.652	190.358
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	170.652	190.358
2.01.02	Fornecedores	1.925.580	1.625.422
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.925.580	1.625.422
2.01.03	Obrigações Fiscais	499.285	497.503
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	107.885	113.528
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	107.885	113.528
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	389.953	382.130
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.447	1.845
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.144.407	677.605
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	945.263	437.652
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	945.263	437.652
2.01.04.02	Debêntures	199.144	239.953
2.01.05	Outras Obrigações	2.020.685	1.944.127
2.01.05.02	Outros	2.020.685	1.944.127
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	358	358
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	3.873	4.083
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	387.834	404.688
2.01.05.02.08	Outras obrigações	277.360	255.919
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	1.260.325	1.229.323
2.01.05.02.10	Reserva de reversão	7.343	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com benefícios pós-emprego	11.274	11.160
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamentos	72.318	31.254
2.01.06	Provisões	549.669	520.852
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	546.417	517.490
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	546.417	517.490
2.01.06.02	Outras Provisões	3.252	3.362
2.01.06.02.04	Provisão para passivos ambientais	3.252	3.362
2.02	Passivo Não Circulante	10.166.893	10.217.733
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.386.950	3.388.727
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	52.077	55.717
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	52.077	55.717
2.02.01.02	Debêntures	3.334.873	3.333.010
2.02.02	Outras Obrigações	4.792.423	4.863.913
2.02.02.02	Outros	4.792.423	4.863.913
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	7.610	8.488
2.02.02.02.07	Obrigações com benefícios pós-emprego	3.866.599	3.895.506
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	69.690	38.689
2.02.02.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	456	401
2.02.02.02.11	Reserva de reversão	49.563	51.399
2.02.02.02.12	Outras obrigações	19.585	19.802
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	646.753	802.026
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	132.167	47.602
2.02.04	Provisões	1.987.520	1.965.093

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.985.072	1.962.645
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	1.985.072	1.962.645
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para passivos ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	2.950.031	2.880.980
2.03.01	Capital Social Realizado	2.823.486	2.823.486
2.03.02	Reservas de Capital	642.234	642.234
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	670.897	670.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	20.573	20.573
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-49.236	-49.236
2.03.04	Reservas de Lucros	196.766	196.766
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	87.844	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	876.286	895.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.676.585	-1.676.585

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.467.915	3.201.892
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.229.061	-3.002.386
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.982.485	-1.580.131
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-75.096	-64.066
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-364.279	-471.634
3.02.07	Pessoal e Administradores	-195.483	-219.882
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-5.655	-5.122
3.02.09	Serviços de Terceiros	-125.715	-135.667
3.02.10	Material	-13.734	-17.715
3.02.11	Custo de Construção	-198.605	-268.554
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-67.135	-51.354
3.02.13	Provisão pra Processos Judiciais e Outros, Líquida	-18.351	-11.770
3.02.16	Depreciação e Amortização	-160.160	-137.469
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-22.363	-39.022
3.03	Resultado Bruto	238.854	199.506
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	238.854	199.506
3.06	Resultado Financeiro	-163.731	-203.178
3.06.01	Receitas Financeiras	72.161	41.159
3.06.02	Despesas Financeiras	-235.892	-244.337
3.06.02.01	Despesas financeiras	-235.930	-244.389
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	38	52
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	75.123	-3.672
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.072	-1.765
3.08.01	Corrente	22.287	0
3.08.02	Diferido	-28.359	-1.765
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.051	-5.437
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.051	-5.437
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34970	-0,03309
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,31835	-0,03309

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	69.051	-5.437
4.03	Resultado Abrangente do Período	69.051	-5.437

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	395.537	-92.227
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	505.492	416.548
6.01.01.01	Prejuízo líquido do período	69.051	-5.437
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	160.160	137.469
6.01.01.03	Variações monetárias	-13.131	5.481
6.01.01.04	Atualização do ativo financeiro da concessão	-50.166	-31.798
6.01.01.05	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	68.292	58.351
6.01.01.06	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	28.114	27.319
6.01.01.08	Atualização acordo Eletrobras	28.150	17.275
6.01.01.09	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos de dívidas)	73.579	91.197
6.01.01.10	Benefícios pós-emprego	88.334	91.995
6.01.01.11	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-399	-12
6.01.01.12	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão imobilizado	18.417	22.758
6.01.01.13	Tributos e contribuições sociais diferidos	28.359	1.765
6.01.01.14	Ações e opções de ações outorgadas	0	185
6.01.01.15	Juros sobre obrigações de arrendamento	6.732	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	139.534	-328.288
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-85.871	16.124
6.01.02.02	Contas a receber - Acordo	-33.723	-30.055
6.01.02.03	Almoxarifado	-1.524	259
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-22.282	-1.083
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	20.672	-34.537
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-10.572	-13.160
6.01.02.07	Outros créditos	26.719	53.491
6.01.02.08	Ativo financeiro setorial	42.596	-111.821
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-19.651	37.614
6.01.02.10	Fornecedores	314.728	-85.049
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	1.782	-15.695
6.01.02.13	Passivo financeiro setorial	-124.271	-62.256
6.01.02.14	Serviços em curso	-6.046	29.077
6.01.02.15	Encargos setoriais	17.588	-111.772
6.01.02.16	Outras obrigações	19.389	575
6.01.03	Outros	-249.489	-180.487
6.01.03.01	Pagamento de Juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-103.709	-30.869
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-3.748	-6.309
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-117.127	-107.066
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-22.616	-36.243
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	20	0
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-2.309	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-265.198	-225.155
6.02.01	Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	-220.336	-275.610
6.02.02	Consumidores participação financeira	10.067	23.664

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-28	-47.015
6.02.04	Resgates em investimento de curto prazo	1.107	45.231
6.02.05	Aplicações/ Resgates de cauções e depósitos vinculados	-56.555	28.575
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	547	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	487.290	490.987
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	500.000	559.817
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-5.174	-47.111
6.03.03	Custo de empréstimos e debêntures (custo de transação e prêmios)	-758	-11.691
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-6.778	-8.345
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-1.683
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	617.629	173.605
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	936.678	597.447
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.554.307	771.052

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.051	0	69.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.051	0	69.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	18.793	-18.793	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	28.475	-28.475	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.682	9.682	0
5.07	Saldos Finais	2.823.486	642.234	196.766	87.844	-800.299	2.950.031

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.323.486	644.102	487.529	0	-646.685	1.808.432
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-56.594	0	-56.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.323.486	644.102	487.529	-56.594	-646.685	1.751.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	185	0	0	0	185
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	185	0	0	0	185
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.437	0	-5.437
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.437	0	-5.437
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	20.237	-20.237	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	30.661	-30.661	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10.424	10.424	0
5.07	Saldos Finais	1.323.486	644.287	487.529	-41.794	-666.922	1.746.586

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	5.754.901	5.153.464
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.045.326	2.594.214
7.01.02	Outras Receitas	2.578.105	2.342.050
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	198.605	268.554
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-67.135	-51.354
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.001.920	-2.761.060
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.659.525	-2.331.477
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-313.372	-394.325
7.02.04	Outros	-29.023	-35.258
7.02.04.01	Outros Custo Operacionais	-29.023	-35.258
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.752.981	2.392.404
7.04	Retenções	-160.160	-137.469
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-160.160	-137.469
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.592.821	2.254.935
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.161	41.159
7.06.02	Receitas Financeiras	72.161	41.159
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.664.982	2.296.094
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.664.982	2.296.094
7.08.01	Pessoal	196.198	226.920
7.08.01.01	Remuneração Direta	132.887	157.553
7.08.01.02	Benefícios	55.615	56.393
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.696	12.974
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.158.677	1.821.024
7.08.02.01	Federais	1.106.533	942.806
7.08.02.02	Estaduais	1.040.979	866.831
7.08.02.03	Municipais	11.165	11.387
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	241.056	253.587
7.08.03.01	Juros	235.892	244.337
7.08.03.02	Aluguéis	5.164	9.250
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.051	-5.437
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	69.051	-5.437



Comentário do Desempenho

São Paulo, 24 de abril de 2019 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”) [BOV: ELPL3], distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2019 (“1T19”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1

DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	11.172.771	10.699.446	4,4%	10.628.011	5,1%
Receita Bruta (R\$ mil)	5.822.036	5.204.818	11,9%	6.034.911	-3,5%
Receita Líquida (R\$ mil)	3.467.915	3.201.892	8,3%	3.448.104	0,6%
EBITDA (R\$ mil)	399.014	336.975	18,4%	218.363	82,7%
Margem EBITDA (%)	11,5%	10,5%	9,3%	6,3%	81,7%
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	12,2%	11,5%	6,2%	6,9%	75,7%
EBIT (R\$ mil)	238.854	199.506	19,7%	73.572	224,7%
Margem EBIT (%)	6,9%	6,2%	10,5%	2,1%	222,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	69.051	(5.437)	n.a	(157.001)	n.a
Margem Líquida (%)	2,0%	-0,2%	n.a	-4,6%	n.a
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	2,1%	-0,2%	n.a	-5,0%	n.a
CAPEX (R\$ mil)	220.336	266.310	-17,3%	397.190	-44,5%
DEC - horas (12 meses) (2)	7,94	9,70	-18,2%	7,18	10,6%
FEC - vezes (12 meses) (2)	4,55	5,50	-17,3%	4,39	3,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)	100,3%	99,4%	0,9%	100,3%	0,0%
Perdas de Energia (12 meses)	9,5%	9,6%	-1,0%	9,5%	0,0%
Nº de Consumidores (3)	7.245.012	7.207.935	0,5%	7.230.744	0,2%
Nº de Colaboradores Próprios (4)	6.827	7.437	-8,2%	7.277	-6,2%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	499	475	5,1%	469	6,4%
PMSO (5) /Consumidor	50,1	57,9	-13,5%	82,3	-39,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	324	320	1,1%	319	1,5%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	22.395	22.534	-0,6%	22.677	-1,2%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Dados Preliminares | (3) Unidades Faturadas | (4) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- Redução de 18,2% do DEC¹ no 1T19 para 7,94 horas em comparação ao registrado no 1T18 (9,70 horas);
- Redução no FEC¹ de 17,3% no 1T19, totalizando 4,55 vezes, em comparação a 5,50 vezes registrado no 1T18, dentro do limite regulatório global de 5,14 vezes.
- Diminuição do patamar de perdas totais no comparativo entre períodos (9,5% no 1T19; 9,6^{2o} no 1T18).

Mercado e Comercial

- Aumento do mercado total em 4,4% no 1T19 em comparação ao 1T18, com destaque para a expansão de 5,3% do mercado cativo, justificado principalmente pelas maiores temperaturas no período faturado e aumento do consumo médio;
- Aumento de despesas com PECLD em R\$ 15,8 milhões, totalizando R\$ 67,1 milhões no 1T19, mitigado pelos esforços da Companhia aplicados no combate a inadimplência;

Regulatório

- Em julho de 2019 a Companhia passará pelo 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, período em que ocorrerá a redefinição das tarifas de energia elétrica em níveis compatíveis com o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia;
- No período de 4 de abril de 2019 a 17 de maio de 2019 ocorrerá Audiência Pública com o objetivo de apreciar e discutir, junto a sociedade e stakeholders, o 5º Ciclo de Revisão Tarifária da Companhia.

¹ Dados preliminares para o 1T19

² A partir do 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seu efeito a partir de janeiro de 2018.

Comentário do Desempenho



Financeiro

- EBITDA reportado de R\$ 399,0 milhões no 1T19, aumento de 18,4% em relação aos R\$ 337,0 milhões registrados no 1T18;
- Lucro líquido reportado de R\$ 69,1 milhões no período, ante um prejuízo líquido reportado de R\$ 5,4 milhões no 1T18;
- Relação de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado³ de 2,73x para a 14ª e 23ª emissão de debêntures e 2,65x para a 5ª emissão de Notas Promissórias ("NP") no 1T19, inferior ao limite de 3,5x, com prazo médio⁴ de 3,4 anos no 1T19.

2

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

DADOS GERAIS

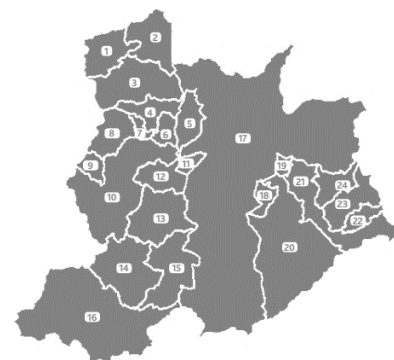
	1T19	1T18	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.046.018	17.891.734	0,9%
Consumidores (Unid.)	7.245.012	7.207.935	0,5%
Linhas de Distribuição (Km)	41.854	41.583	0,7%
Linhas de Transmissão (Kmc)	1.825	1.876	-2,7%
Subestações (Unid.)	162	156	3,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	-	-	n.a
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,79%	8,74%	0,5%
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	0,00%	0,00%	n.a

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial

(2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADEE

(3) Volume de Energia do Brasil de acordo com Empresa de Pesquisa Econômica - EPE

1 Pirapora do Bom Jesus
2 Cajamar
3 Santana de Parnaíba
4 Barueri
5 Osasco
6 Carapicuíba
7 Jandira
8 Itapevi
9 Vargem Grande Paulista
10 Cotia
11 Taboão da Serra
12 Embu das Artes
13 Itapeverica da Serra
14 São Lourenço da Serra
15 Embu-Guaçu
16 Jiquituba
17 São Paulo
18 Diadema
19 São Caetano do Sul
20 São Bernardo do Campo
21 Santo André
22 Rio Grande da Serra
23 Ribeirão Pires
24 Mauá



A Enel Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto e a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.601 unidades consumidoras faturadas por km².

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Controladores	189.323.545	94,42%	189.323.545	94,42%
Enel Investimentos Sudeste S.A.	189.323.545	94,42%	189.323.545	94,42%
Não Controladores	8.133.352	4,06%	8.133.352	4,06%
Outros	8.133.352	4,06%	8.133.352	4,06%
Ações em Tesouraria	3.058.154	1,52%	3.058.154	1,52%
Total	200.515.051	100,00%	200.515.051	100,00%

³ EBITDA Ajustado para fins de *covenants* da 14ª e 23ª Debêntures exclui despesas com PECLD, Contingências e Fundo de Pensão. Adicionalmente, para a 5ª NP, o cálculo do EBITDA Ajustado exclui perdas na desativação de bens e direitos.

⁴ Prazo médio considera o principal e Fundação CESP (não considera efeito líquido de ganhos/perdas atuariais).

Comentário do Desempenho



Mercado Bursátil

As ações da Companhia integram o Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Ordinárias - ON (ELPL3)	34,50	17,86	93,2%	31,30	10,2%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18

3

DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Crescimento do Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.243.660	7.206.703	0,5%	7.229.420	0,2%
Residencial	6.795.158	6.756.603	0,6%	6.781.509	0,2%
Industrial	25.964	26.994	-3,8%	26.073	-0,4%
Comercial	403.599	403.018	0,1%	402.502	0,3%
Rural	564	498	13,3%	562	0,4%
Setor Público	18.375	19.590	-6,2%	18.774	-2,1%
Cientes Livres	1.352	1.232	9,7%	1.324	2,1%
Industrial	415	381	8,9%	409	1,5%
Comercial	890	812	9,6%	869	2,4%
Setor Público	40	39	2,6%	39	2,6%
Cias Energéticas (2)	7	-	n.a	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.245.012	7.207.935	0,5%	7.230.744	0,2%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Número de consumidores considera Cias Energéticas a partir do 4T18

A Companhia encerrou o 1T19 com um incremento de 0,5% no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao registrado no 1T18. Destaca-se o acréscimo na classe residencial convencional, com mais 38.555 novas unidades consumidoras faturadas.

Comentário do Desempenho



Venda de Energia na Área de Concessão⁵

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 1T19 em 11.172,8 GWh, aumento de 4,4% em relação ao 1T18. Quando ajustado pelos dias de faturamento (-1,5 dia, o equivalente a +194,9GWh), o mercado total apresentaria um crescimento de 2,5% no período.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Mercado Cativo	8.470	8.044	5,3%	7.982	6,1%
Clientes Livres (2)	2.703	2.656	1,8%	2.646	2,2%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.173	10.699	4,4%	10.628	5,1%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Considera suprimento para Cias Energéticas a partir do 4T18

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 8.469,7 GWh no 1T19, o que correspondeu a um aumento de 5,3% comparado ao 1T18, em função principalmente das maiores temperaturas registradas no período de faturamento e aumento do consumo médio, com exceção da classe industrial. Ajustando-se o mercado no 1T18 pelos fatores: (i) migração do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), com impacto desfavorável de 69,3 GWh; (ii) dias de faturamento a mais do 1T18 (2,2 dias, equivalentes a 199,4 GWh) e (iii) retorno de clientes ao ACR, com impacto favorável de 6,1 GWh, o mercado cativo no 1T19 teria um aumento de 3,5%.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Residencial	4.220	3.997	5,6%	3.993	5,7%
Industrial	733	750	-2,3%	777	-5,6%
Comercial	2.881	2.681	7,5%	2.587	11,3%
Rural	8	8	8,8%	8	6,8%
Setor Público	627	608	3,1%	617	1,6%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	8.470	8.044	5,3%	7.982	6,1%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Residencial	621	592	5,0%	589	5,5%
Industrial	28.245	27.794	1,6%	29.791	-5,2%
Comercial	7.138	6.652	7,3%	6.428	11,0%
Rural	14.794	15.396	-3,9%	13.895	6,5%
Setor Público	34.124	31.039	9,9%	32.874	3,8%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	1.169	1.116	4,8%	1.104	5,9%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.703,0 GWh no 1T19, um aumento de 1,8% quando comparado ao 1T18, reflexo, principalmente, da migração de clientes para o mercado livre. Desde o 1T18, entre migrações ao ACL e retornos ao ACR, foram adicionadas 123 unidades ao faturamento do ACL, totalizando 1.352 unidades no 1T19. Isso resultou em um acréscimo de 63,2 GWh nesse mercado que, descontado do mercado livre faturado no período, reflete uma queda de 0,6% no trimestre.

⁵ Não Inclui Consumo Próprio

Comentário do Desempenho



TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Industrial	1.226	1.287	-4,7%	1.323	-7,3%
Comercial	1.052	991	6,2%	929	13,2%
Setor Público (2)	425	378	12,3%	394	8,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	2.703	2.656	1,8%	2.646	2,2%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Considera suprimentos para Cias Energéticas a partir do 4T18

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPTA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Industrial	2.955	3.378	-12,5%	3.235	-8,7%
Comercial	1.182	1.220	-3,1%	1.069	10,6%
Setor Público (2)	9.044	9.703	-6,8%	8.560	5,7%
Média - Transporte per Capta para Clientes Livres	1.999	2.156	-7,3%	1.998	0,0%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Considera suprimentos para Cias Energéticas a partir do 4T18

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Itaipu	2.107	2.154	-2,2%	2.208	-4,6%
Leilão (2)	7.278	7.126	2,1%	7.004	3,9%
Angra 1 e 2	397	402	-1,3%	411	-3,4%
Proinfa	185	190	-2,5%	220	-16,1%
Total - Compra de Energia	9.967	9.872	1,0%	9.844	1,3%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Energia Consumida (GWh)	11.173	10.699	4,4%	10.628	5,1%
Residencial	4.220	3.997	5,6%	3.993	5,7%
Industrial	733	750	-2,3%	777	-5,6%
Comercial	2.881	2.681	7,5%	2.587	11,3%
Rural	8	8	8,8%	8	6,8%
Setor público	627	608	3,1%	617	1,6%
Clientes Livres	2.703	2.656	1,8%	2.646	2,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Eletropaulo (GWh) (2)	1.127	1.143	-1,3%	1.127	0,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Eletropaulo (%) (2)	9,2%	9,4%	-2,5%	9,5%	-2,9%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) A partir de 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2018

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

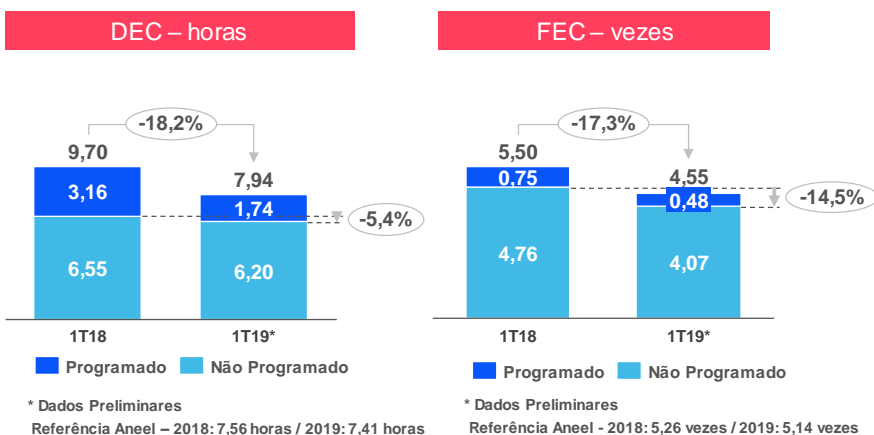
	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
DEC - horas (12 meses) (2)	7,94	9,70	-18,2%	7,18	10,6%
FEC - vezes (12 meses) (2)	4,55	5,50	-17,3%	4,39	3,6%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	9,5%	9,6%	-2,5%	9,5%	-2,9%
Índice de Arrecadação (12 meses) (%)	100,3%	99,4%	0,9%	100,3%	0,0%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	499	475	5,1%	469	6,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	324	320	1,1%	319	1,5%
PMSO (3) / Consumidor	50,1	57,9	-13,5%	82,3	-39,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	22.395	22.534	-0,6%	22.677	-1,2%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Dados Preliminares para o 1T19 | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Comentário do Desempenho



Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

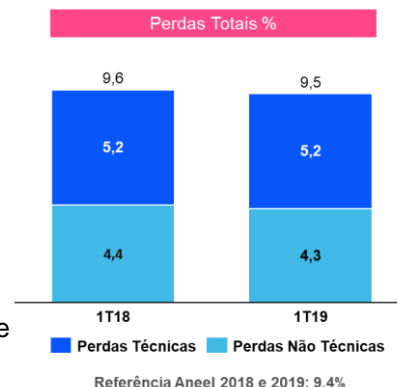
No 1T19, os indicadores DEC e FEC registraram expressiva melhora comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta

variação é explicada, principalmente, pelo investimento em tecnologia de rede e atuação de equipamentos de auto recomposição. O FEC permanece dentro do limite regulatório global para o ano de 2019, como reflexo destes fatores. O indicador DEC, por sua vez, foi impactado pelo grande volume de chuvas no verão de 2018/2019, considerado o mais chuvoso desde 1994/1995⁶.

Disciplina de Mercado (Perdas)⁷

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 9,47%⁸, sendo divididas entre perdas técnicas (5,21%) e não técnicas (4,26%). Em comparação ao 1T18, as perdas totais apresentaram redução de 0,17 p.p., decorrente do incremento dos cortes a partir de janeiro de 2018.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda com um programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na nova legislação. No 1T19, aproximadamente 491,8 mil clientes foram beneficiados com este programa, contra 448 mil no 1T18.



No 1T19, as iniciativas de combate as perdas contribuíram com aproximadamente R\$ 76,4 milhões no resultado da Companhia, com destaque para os seguintes programas: (i) Inspeções de Fraude; (ii) Programa de Recuperação de Instalações Cortadas; e (iii) Regularização de Ligações Informais.

Arrecadação

No 1T19 o índice de arrecadação da Companhia, acumulado 12 meses, alcançou 100,3% em comparação a 99,4% registrado nos 12 meses anteriores ao 1T18. O resultado do 1T19 é reflexo das ações tomadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência como o envio de SMS e e-mails com o código de barras para pagamento das faturas em atraso, suspensão do fornecimento, negativações, protestos e ações de cobrança por telemarketing. Podemos ainda destacar as seguintes medidas utilizadas pela Companhia para reforçar a estratégia e melhorar a performance da arrecadação:

- **Ações de Negociação:** no 1T17 foi implementado o portal de negociação⁹ para auxiliar no processo de negociação de dívidas dos clientes. No 1T19, foram realizadas 133,9 mil negociações somente pelo portal, totalizando um montante de R\$ 78,6 milhões negociados. Neste período, a Companhia

⁶ Dados do Centro de Gerenciamento de Emergências - CGE

⁷ Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

⁸ A partir do 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seu efeito a partir de janeiro de 2018.

⁹ <https://portalhome.enel distribuicao sp.com.br/#!/landing-page>.

Comentário do Desempenho



promoveu campanhas de negociação com o objetivo de atrair clientes com dívidas antigas acumuladas. Essa iniciativa gerou no 1T19 16.394 acordos, que totalizaram R\$ 19,1 milhões.

- **Recicle Mais, Pague Menos:** por meio deste programa são realizadas parcerias com recicladoras para que os clientes da Companhia possam trocar materiais recicláveis por bônus na conta de luz. No 1T19, 515 novos clientes se cadastraram no projeto, conta 855 no 1T18. Os bônus concedidos chegaram a R\$ 41 mil no 1T19 (com 203,3 toneladas coletadas) versus R\$ 73,3 mil (com 340,1 toneladas coletadas) no mesmo período do ano anterior. Essa redução, deve-se principalmente à não renovação de alguns parceiros do projeto e ao baixo retorno de alguns pontos de coleta.

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	5.822.036	5.204.818	11,9%	6.034.911	-3,5%
Deduções à Receita Operacional	(2.354.121)	(2.002.926)	17,5%	(2.586.807)	-9,0%
Receita Operacional Líquida	3.467.915	3.201.892	8,3%	3.448.104	0,6%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (2)	(2.870.296)	(2.596.363)	10,6%	(2.926.040)	-1,9%
EBITDA	399.014	336.975	18,4%	218.363	82,7%
Margem EBITDA	11,5%	10,5%	9,3%	6,3%	81,7%
EBIT	238.854	199.506	19,7%	73.572	224,7%
Margem EBIT	6,9%	6,2%	10,5%	2,1%	222,8%
Resultado Financeiro	(163.731)	(203.178)	-19,4%	(300.416)	-45,5%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(6.072)	(1.765)	244,0%	69.845	n.a
Lucro (Prejuízo) Líquido	69.051	(5.437)	n.a	(157.001)	n.a
Margem Líquida	2,0%	-0,2%	n.a	-4,6%	n.a
Margem Líquida ex-Receita de Construção	2,1%	-0,2%	n.a	-5,0%	n.a
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	0,35	-0,03	n.a	0,00	n.a

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Não considera depreciação e amortização e custo de construção

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	3.045.326	2.594.214	17,4%	3.132.129	-2,8%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	329.701	236.566	39,4%	316.059	4,3%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.123.296	1.729.088	22,8%	2.000.916	6,1%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(17.683)	(15.473)	14,3%	(7.052)	150,8%
Receita de Construção	198.605	268.554	-26,0%	303.701	-34,6%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	(88.940)	75.725	-217,5%	97.719	-191,0%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	2.544.979	2.294.460	10,9%	2.711.343	-6,1%
Subvenção de Recursos da CDE	89.381	88.937	0,5%	93.979	-4,9%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	92.184	195.409	-52,8%	82.325	12,0%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	50.166	31.798	57,8%	15.135	231,5%
Total - Outras Receitas	231.731	316.144	-26,7%	191.439	21,0%
Total - Receita Operacional Bruta	5.822.036	5.204.818	11,9%	6.034.911	-3,5%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5.822,0 milhões no 1T19, apresentando um crescimento de 11,9% ou R\$ 617,2 milhões quando comparada ao 1T18, explicada principalmente por:

- aumento de R\$ 726,9 milhões na receita de fornecimento faturada e não faturada, incluindo bandeiras tarifárias e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição - para consumidores cativos;
- aumento de R\$ 93,1 milhões com a TUSD paga pelos consumidores livres, em função da migração de clientes;



Comentário do Desempenho

- III. redução da receita de venda de energia no curto prazo no montante de R\$ 63,8 milhões;
- IV. redução de R\$ 69,9 milhões com receita de construção devido aos menores investimentos realizados no período
- V. redução de R\$ 84,4 milhões em outras receitas, afetada principalmente pelo menor ativo e passivo financeiro setorial no período;

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. %(1)
ICMS	(1.039.205)	(864.732)	20,2%	(1.022.826)	1,6%
PIS	(93.330)	(80.209)	16,4%	(90.061)	3,6%
COFINS	(430.270)	(370.140)	16,2%	(415.282)	3,6%
ISS	(47)	(49)	-4,1%	(48)	-2,1%
Total - Tributos	(1.562.852)	(1.315.130)	18,8%	(1.528.217)	2,3%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(32.052)	(28.930)	10,8%	(30.996)	3,4%
Encargo Setorial CDE (2)	(733.719)	(634.641)	15,6%	(838.987)	-12,5%
TFSEE (3)	(3.433)	(3.150)	9,0%	(3.433)	0,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	(21.924)	(20.494)	7,0%	(21.614)	1,4%
Encargos do consumidor - CCRBT (4)	(141)	(581)	-75,7%	(163.560)	-99,9%
Total - Encargos Setoriais	(791.269)	(687.796)	15,0%	(1.058.590)	-25,3%
Total - Deduções da Receita	(2.354.121)	(2.002.926)	17,5%	(2.586.807)	-9,0%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Conta de Desenvolvimento Energético | (3) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (4) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 2.354,1 milhões no 1T19, o que representa um aumento de 17,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- I. maior recolhimento de ICMS no montante de R\$ 174,5 milhões;
- II. aumento de R\$ 99,1 milhões de encargos da conta da CDE;
- III. aumento de R\$ 73,3 milhões da conta de PIS/COFINS

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. %(1)
Parcela A					
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.057.581)	(1.644.197)	25,1%	(1.784.564)	15,3%
Encargos dos Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(364.279)	(471.634)	-22,8%	(423.862)	-14,1%
Total - Não Gerenciáveis	(2.421.860)	(2.115.831)	14,5%	(2.208.426)	9,7%
Despesas Operacionais					
Pessoal	(195.483)	(219.882)	-11,1%	(378.960)	-48,4%
Previdência Privada	(5.655)	(5.122)	10,4%	(5.271)	7,3%
Serviços de Terceiros	(125.715)	(135.667)	-7,3%	(139.097)	-9,6%
Material	(13.734)	(17.715)	-22,5%	(17.567)	-21,8%
PECLD (2)	(67.135)	(51.354)	30,7%	84.729	-179,2%
Provisão para processos judiciais e outros	(18.351)	(11.770)	55,9%	(207.574)	-91,2%
Outras Despesas Operacionais	(22.363)	(39.022)	-42,7%	(53.874)	-58,5%
Total - Despesas Operacionais (3)	(448.436)	(480.532)	-6,7%	(717.614)	-37,5%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(2.870.296)	(2.596.363)	10,6%	(2.926.040)	-1,9%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18 | (2) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (3) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 2.870,3 milhões no 1T19, um acréscimo de 10,6% em relação ao 1T18. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Comentário do Desempenho



Custos Não Gerenciáveis – Parcela A

Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2.421,9 milhões no 1T19, um aumento de 14,5% em comparação ao 1T18 (R\$ 2.115,8 milhões). Este incremento deve-se, principalmente a:

- I. custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: aumento de 25,1% ou R\$ 413,4 milhões no 1T19, em comparação ao 1T18, decorrente, principalmente, (i) dos maiores custos, em R\$ 311,2 milhões, com compra de energia (CCEE, CCEAR), devido ao maior volume comprado de CCEE e ao aumento do custo de CCEAR associado ao impacto do custo das térmicas; (ii) aumento de R\$ 68,1 milhões no custo com compra de Itaipu em função, principalmente, da desvalorização cambial no período; e (iii) maiores custos, em R\$ 47,2 milhões, referentes a quotas de garantia física, decorrentes do reajuste do preço das quotas em julho de 2018;
- II. custo com Encargos do Uso da Rede Elétrica e de Transmissão: redução de 22,8% ou R\$ 107,4 milhões no 1T19, comparado ao 1T18, resultado do (i) impacto positivo decorrente do aumento de R\$ 61,7 milhões referente ao alívio financeiro retroativo; (ii) redução dos custos com Encargos do Serviço do Sistema (ESS/EER), em R\$ 36,2 milhões; e (iii) redução do custo com uso da rede básica, incluindo conexão da rede básica com a CTEEP, em R\$ 21,3 milhões, devido a redução das tarifas pagas junto as transmissoras em decorrência da normalização dos valores pagos a partir de julho de 2018.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, excluindo custo de construção e depreciação e amortização, totalizaram R\$ 448,4 milhões no 1T19, uma redução de 6,7% em comparação ao 1T18 (R\$ 480,5 milhões). Essa redução deve-se, principalmente a:

- I. menor custo com pessoal e encargos no montante de R\$ 23,5 milhões em função principalmente da economia de custos com salários, benefícios e encargos em decorrência do programa de saída voluntária ("PSV");
- II. redução de 13,9 milhões com materiais e serviços, em função principalmente de ganhos de eficiência nos processos de atendimento ao cliente e menores despesas com assessoria financeira e jurídica relacionada a OPA/Follow-On realizado em 2018;
- III. aumento de despesas com PECLD em R\$ 15,8 milhões, mitigado pelos esforços da Companhia aplicados no combate a inadimplência;
- IV. aumento no reconhecimento de litígios e contingências, em R\$ 6,6 milhões, decorrente, principalmente, da inclusão de processos trabalhistas;
- V. menor custo com outras despesas operacionais em R\$ 16,7 milhões, devido principalmente a redução nas perdas por desativação de bens e direitos, no montante de R\$ 11,8 milhões, decorrente do menor volume investimento no comparativo entre trimestres, e redução nas despesas com arrendamentos e aluguéis em R\$ 3,8 milhões, impactado pela adoção do CPC06/IFRS 16.

EBITDA

A seguir a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da Companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	69.051	(5.437)	n.a	(157.001)	n.a
(+) Tributos sobre o Lucro	6.072	1.765	244,0%	(69.845)	n.a
(+) Resultado Financeiro	163.731	203.178	-19,4%	300.417	-45,5%
(=) EBIT	238.854	199.506	19,7%	73.571	224,7%
(+) Depreciações e Amortizações	160.160	137.469	16,5%	144.791	10,6%
(=) EBITDA	399.014	336.975	18,4%	218.362	82,7%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18

Comentário do Desempenho



O EBITDA reportado pela Companhia registrou R\$ 399,0 milhões no 1T19, um aumento de 18,4% em comparação ao apresentado no 1T18, reflexo dos efeitos apresentados anteriormente, com destaque para os

- I. ganhos de margem (R\$ 29,9 milhões) decorrentes do mix de tarifa/volume, em função do maior volume de energia consumida no período e reajuste tarifário ocorrido, em julho de 2018, com efeito médio percebido pelo consumidor de 15,84%;
- II. impacto positivo devido à redução no grupo de despesas operacionais (R\$ 32,1 milhões), decorrente principalmente do processo de otimização iniciado em julho de 2018.

Importante destacar que o desempenho do 1T19 foi impactado positivamente pela adequação ao IFRS 16 (R\$ 9,9 milhões) na rubrica de outras despesas operacionais, e pela adequação ao IFRS 9 (R\$ 9,4 milhões), com reflexo na PECLD, efeitos parcialmente compensados pelo impacto negativo de eventos climáticos extremos registrados na área de concessão (R\$ 5,0 milhões). Já no 1T18, destaca-se o impacto de despesas relacionadas a assessoria jurídica e financeira relacionadas a OPA/Follow-on (R\$ 1,6 milhão).

Desconsiderados estes efeitos, o EBITDA Ajustado teria encerrado o 1T19 em R\$ 384,7 milhões, montante 13,6% superior ao EBITDA Ajustado do 1T18, de R\$ 338,6 milhões.

Resultado Financeiro

A Companhia registrou no 1T19 um resultado financeiro negativo de R\$ 163,7 milhões, uma redução de R\$ 39,4 milhões em comparação ao resultado financeiro negativo de R\$ 203,2 milhões reconhecido no 1T18.

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicações Financeiras	10.862	6.259	73,5%	9.758	11,3%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	16.244	21.827	-25,6%	25.673	-36,7%
Subvenções Governamentais	1.087	1.285	-15,4%	1.151	-5,6%
Atualização de Créditos Tributários	21.082	104	n.a	32	n.a
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	6.600	3.631	81,8%	6.460	2,2%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	13.828	-	n.a	21.089	-34,4%
Outras Receitas Financeiras	5.303	8.053	-34,1%	6.769	-21,7%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(2.845)	-	n.a	(2.318)	22,7%
Total - Receitas Financeiras	72.161	41.159	75,3%	68.614	5,2%
Despesas Financeiras					
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(75.512)	(89.451)	-15,6%	(93.417)	-19,2%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(6.732)	(3.777)	78,2%	-	n.a
Subvenções Governamentais	(1.087)	(1.285)	-15,4%	(1.164)	-6,6%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(5.133)	(3.587)	43,1%	(3.752)	36,8%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	1.933	2.031	-4,8%	3.214	-39,9%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(12.149)	(12.908)	-5,9%	(12.661)	-4,0%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(50.879)	(35.925)	41,6%	(169.898)	-70,1%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial Líquido	-	(5.070)	-100,0%	-	n.a
Custo dos Juros (Líquidos) do Plano de Pensão	(81.037)	(87.486)	-7,4%	(87.481)	-7,4%
Outras Despesas Financeiras	(5.334)	(6.931)	-23,0%	(3.656)	45,9%
Total - Despesas Financeiras	(235.930)	(244.389)	-3,5%	(368.815)	-36,0%
Variações Cambiais	38	52	-26,9%	(216)	-117,6%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(163.731)	(203.178)	-19,4%	(300.417)	-45,5%

(1) Variação entre 1T19 e 4T18

As principais variações observadas nas rubricas de receitas e despesas financeiras estão detalhadas a seguir:

- I. Maior receita com atualização de créditos tributários, com efeito positivo de R\$ 21,1 milhões, principalmente, devido a reconhecimento de créditos tributários decorrentes da dedução, em dobro, das despesas incorridas com o PAT¹⁰ desde 2006;
- II. Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, com efeito positivo de R\$ 18,9 milhões;
- III. Redução nas despesas com encargos da dívida em R\$ 13,9 milhões, reflexo da estratégia financeira executada pela Companhia em 2018; estes efeitos foram parcialmente compensados por:

¹⁰ Programa de Alimentação do Trabalhador

Comentário do Desempenho



- IV. Maiores despesas referentes a atualização financeira do acordo com Eletrobras, com impacto negativo de R\$ 10,9 milhões comparado ao mesmo período de 2018.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Imposto de Renda	22.287	-	n.a	-	n.a
Contribuição Social Diferida	(7.507)	(467)	1507,5%	18.488	-140,6%
Imposto de Renda Diferido	(20.852)	(1.298)	1506,5%	51.357	-140,6%
Total	(6.072)	(1.765)	244,0%	69.845	-108,7%

(1) Variação entre 1T18 e 4T18

No 1T19, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 6,1 milhões, um aumento de R\$ 4,3 milhões em comparação ao mesmo período do ano passado, reflexo, principalmente, da maior base tributável registrada no período, compensado por crédito de IR a recuperar, no valor de R\$ 22,3 milhões, decorrente da dedução em dobro das despesas incorridas com o PAT¹⁰ desde 2006, bem como a compensação do IRPJ neste período.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	1T19	1T18 (1)	Var. %	4T18	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (3)	4.531.357	4.047.464	12,0%	4.066.332	11,4%
Fundo de Pensão	1.232.490	1.233.157	-0,1%	1.262.800	-2,4%
(-) Disponibilidades (4)	1.558.358	776.679	100,6%	941.434	65,5%
Dívida Líquida	4.205.489	4.503.942	-6,6%	4.387.698	-4,2%
EBITDA (12 meses)	1.249.140	1.077.129	16,0%	1.101.183	13,4%
(+) PECLD e Contingências (12 meses)	357.192	252.384	41,5%	334.829	6,7%
(+) Despesa com Fundo de Pensão (12 meses)	-66.274	387.310	-117,1%	20.680	-420,5%
EBITDA Ajustado (12 meses) - 14a e 23a Debêntures	1.540.059	1.716.823	-10,3%	1.456.692	5,7%
(+) Perda desativação de bens e direitos (12 meses)	44.043	29.713	48,2%	55.781	-21,0%
EBITDA Ajustado (12 meses) - 5a Nota Promissória	1.584.102	1.746.536	-9,3%	1.512.473	4,7%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 14a e 23 Debêntures	2,73	n.a.	n.a.	3,01	-0,28 p.p.
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 5a Nota Promissória	2,65	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Valores reportados no 1T18, exceto quando indicado de outra forma (2) Variação entre 1T18 e 4T18 (3) Não considera obrigações por arrendamento (R\$ 204,5 milhões em 31/03/2018, R\$ 78,9 milhões em 31/12/2018 e R\$ 79,8 milhões apresentado em 31/03/2018) (4) Caixa, equivalentes de caixa e investim. de curto prazo

A Dívida Bruta¹¹ da Companhia encerrou o 1T19 em R\$ 5.763,8 milhões, um incremento de R\$ 483 milhões em relação ao 1T18. Essa variação deve-se principalmente a: emissões no valor total de R\$ 3.920, milhões no período, com destaque para a 23ª Debênture no valor de R\$ 3.000,0 milhões, compensadas parcialmente pelas amortizações, pagamento de juros e liquidação antecipada (principalmente Debêntures, CCB, FINEM), no total de R\$ 3.434,3 milhões no período.

As disponibilidades somaram R\$ 1.558,4 milhões no 1T19, ante R\$ 776,7 milhões no período anterior, um aumento de R\$ 781,7 milhões. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.205,5 milhões em 31 de março de 2019, uma redução de R\$ 298 milhões em relação ao saldo de R\$ 4.504,2 milhões do ano anterior.

A Companhia encerrou o 1T19 com o custo médio da dívida de 8,36% a.a., ou CDI + 1,06% a.a e prazo médio de 3,42 anos.

Considerando o EBITDA Ajustado previsto nas dívidas da 14ª e 23ª Debentures, o *covenant* findo em 31 de março de 2019, apresentou indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 2,73x. Em março de 2019, emitimos

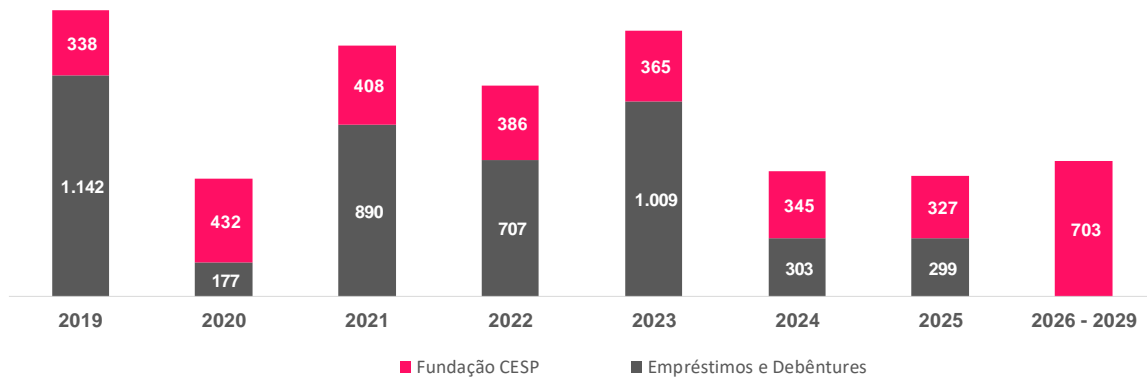
¹¹ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo, além do saldo devedor com o fundo de pensão. O saldo com fundo de pensão não considera o efeito líquido de ganhos/perdas atuariais no montante de R\$ 2.537,0 milhões em 31 de março de 2019, de R\$ 2.537,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, e de R\$ 2.458,9 milhões em 31 de março de 2018.

Comentário do Desempenho

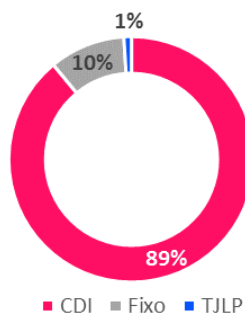


a 5ª Nota Promissória que não considera, para fins de cálculo do EBITDA Ajustado, a “Perda na desativação de ativos”, dessa forma o *covenant* para a 5ª Nota Promissória registrou 2,65x. O limite dos *covenants* válido para todas as dívidas da Companhia é: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não pode ser superior a 3,5x. Desta forma no 1T19, a Companhia estava dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida.

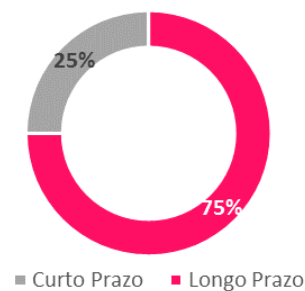
Cronograma de Amortização (R\$ milhões)¹²



Abertura da Dívida Bruta – Indexadores¹³



Abertura da Dívida Bruta – Curto/Longo Prazo¹³



Rating da Companhia¹⁴

Escala	Ratings	Nacional	Internacional	Perspectiva
Fitch		AAA	BBB- ¹ e BB+ ²	Estável
Moody's		Aaa	Ba1	Estável

Últimas atualizações: Fitch - Jul'18; 1- Moeda Local; 2- Moeda Estrangeira
Moody's - Set'18

Em 20 de fevereiro de 2019, a S&P retirou seus ratings de crédito atribuídos a Companhia.

¹² Fluxo composto por amortização de principal, juros acumulados e custos a amortizar. Não considera arrendamento financeiro.

¹³ Não considera previdência.

¹⁴ Quadro considera ratings válidos em 31 de março de 2019.



Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	1T19	1T18	Var. %	4T18	Var. % (1)
Manutenção	102.201	93.616	9,2%	206.526	-50,5%
Crescimento	67.377	101.794	-33,8%	138.142	-51,2%
Novas Conexões	20.283	39.507	-48,7%	30.435	-33,4%
Financiado pela Companhia	189.862	234.917	-19,2%	375.103	-49,4%
Financiado pelo Cliente	30.474	31.393	-2,9%	22.087	38,0%
Total	220.336	266.310	-17,3%	397.190	-44,5%

(1) Variação entre 1T18 e 4T18

No 1T19, a Companhia investiu R\$ 220,3 milhões. Do volume investido no 1T19, este foi alocado, principalmente, em atividades de manutenção e crescimento, incluindo implantação/manutenção de ETDs e LDSs, e modernização do sistema subterrâneo.

5 OUTROS TEMAS

Reajuste Tarifário Anual

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria realizada em 03 de julho de 2018, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2018, com aplicação a partir de 04 de julho de 2018. O índice de reajuste tarifário aprovado à Companhia foi de 16,40% composto por reajuste econômico de +10,47% e componente financeiro de +5,93%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, no valor de 0,56%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de +15,84%, conforme detalhado na tabela ao lado.

A Parcela A foi reajustada em 10,98%, representando 8,63% no reajuste econômico, afetado principalmente:

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,58%
	Energia Comprada	6,63%
	Encargos de Transmissão	-0,58%
	Parcela A	8,63%
Parcela B		1,84%
Reajuste Econômico		10,47%
CVA Total		8,47%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		-2,54%
Reajuste Financeiro		5,93%
Reajuste Total		16,40%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-0,56%
Efeito para o Consumidor		15,84%

- I. **Encargos Setoriais** – R\$ 3.292 milhões. Um aumento de 12,20%, representando 2,58% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 24,89% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- II. **Energia Comprada (Inclui PROINFA)** – R\$ 7.257 milhões. O aumento de 14,52%, decorre principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013) e de Itaipu. O aumento do custo de compra de energia representa 6,63% no reajuste econômico; e
- III. **Encargos de Transmissão** – R\$ 1.564 milhões. A redução de 4,87% decorre principalmente da redução da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando - 0,58% no reajuste econômico.

Caso não houvesse a aplicação de Bandeiras Tarifárias, conforme detalhado na próxima seção, o índice de reajuste tarifário seria 7,12% maior, aproximando-se de 23%.

A Parcela B foi reajustada em +8,62%, representando uma participação de +1,84% no reajuste econômico. Tal reajuste é composto pelo IGP-M de 6,92% no período de 12 meses findos em junho de 2018 acrescido pelo Fator X de -1,70%, que é composto pelos ganhos de produtividade (“Fator Xp”) de 1,13% e do componente de trajetória de custos operacionais (“Fator Xt”) de -2,37%, previamente definidos na Quarta Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”), além do componente de qualidade de serviço (“Fator Xq”) de -0,46%.

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	17,67%
Baixa Tensão	15,14%
Efeito Médio	15,84%

O reajuste tarifário médio de +15,84% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores) apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado.

5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

Comentário do Desempenho



Em julho de 2019 a Companhia passará pelo processo de Revisão Tarifária Periódica, período em que ocorrerá a redefinição das tarifas de energia elétrica em níveis compatíveis com o equilíbrio econômico-financeiro indicado no contrato de concessão.

Em relação à metodologia a ser utilizada para definir os parâmetros que compõem a Receita Requerida (como a Remuneração de Capital, Custos Operacionais e Perdas, por exemplo), esta já se encontra definida nos regulamentos da ANEEL. No caso da Remuneração de Capital, para o cálculo do WACC Regulatório, a ANEEL optou por manter o WACC de 8,09%, depois de impostos, para as revisões que ocorrerão até dezembro de 2019, o que compreende o período do processo de revisão da Enel Distribuição São Paulo.

Em 2 de abril de 2019, a diretoria da ANEEL decidiu instaurar audiência pública com o objetivo de discutir com a sociedade o 5º Ciclo de Revisão Tarifária da Companhia. O período de contribuição se estende de 4 de abril a 17 de maio, com sessão presencial em São Paulo, ocorrida no dia 17 de abril.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 10/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 30/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 50/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública no 061 /17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento

As bandeiras tarifárias que vigoraram até abril de 2019, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Vermelha 2	Vermelha 2	Vermelha 2	Vermelha 2	Vermelha 2	Amarela	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	189,63	157,28	184,91	40,16	193,36	425,01	505,18	505,18	490,74	377,47	140,51	56,74
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde								
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83								
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras, a fim de encerrar a disputa judicial que envolve a responsabilidade da Companhia pelo pagamento do saldo de encargos financeiros, referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa, que posteriormente foi cindida, dando origem a quatro companhias, entre as quais a Enel Distribuição São Paulo e a CTEEP atuais.

Comentário do Desempenho



Não foi identificado recurso contra a parte da decisão de 12 de fevereiro de 2019, que homologou o acordo principal com a Eletrobras. A Companhia aguarda respectiva certificação do trânsito em julgado e, com isso restará adimplida a última condição de eficácia do referido acordo.

No âmbito do referido Acordo, a Companhia se comprometeu a desembolsar R\$ 1.500 milhões, com a finalidade de quitar o débito oriundo do Processo Judicial, objeto da ação de cobrança, sendo R\$1.400 milhões em favor da Eletrobras e R\$ 100 milhões em relação à sucumbência aos advogados, valores com data base em 31 de janeiro de 2018.

Para a efetivação do pagamento nos termos do acordo, é necessário, também, o trânsito em julgado da decisão que homologou o acordo com os advogados da Eletrobras. Para tanto, a Companhia aguarda o julgamento do recurso de apelação interposto em 26 de setembro de 2018 por um dos ex-advogados da Eletrobras, o qual está previsto para 30 de abril de 2019, com seu respectivo trânsito em julgado.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	31.03.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.554.307	936.678
Investimentos de curto prazo	4	4.051	4.756
Consumidores, revendedores e outros	5	2.351.669	2.323.574
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	70.409	23.293
Outros tributos compensáveis	8	109.950	129.414
Contas a receber - acordos	6	218.061	192.431
Outros créditos	10	259.192	227.827
Almoxarifado		32.989	31.465
Serviços em curso		145.049	139.003
Despesas pagas antecipadamente		53.712	43.140
Ativo financeiro setorial	12	2.070.790	1.809.234
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.870.179	5.860.815
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	5	25.865	25.058
Outros tributos compensáveis	8	82.462	84.967
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	2.131.312	2.159.671
Cauções e depósitos vinculados	19	546.562	539.358
Contas a receber - acordos	6	8.532	10.882
Outros créditos	10	43.354	47.308
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	456.782	634.918
Ativo financeiro da concessão	11.2	4.033.672	3.795.279
Ativo financeiro setorial	12	532.405	836.557
Investimento		41.250	45.377
Imobilizado arrendado	16	179.829	66.329
Intangível	11.3	4.474.998	4.448.061
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.557.023	12.693.765
TOTAL DO ATIVO		19.427.202	18.554.580

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	31.03.2019	31.12.2018
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	13	1.925.580	1.625.422
Empréstimos e financiamentos	15	945.263	437.652
Debêntures	15	199.144	239.953
Obrigações por arrendamentos	16	72.318	31.254
Subvenções governamentais		3.873	4.083
Outros tributos a pagar	14	499.285	497.503
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		358	358
Obrigações sociais e trabalhistas	18	170.652	190.358
Encargos setoriais	20	387.834	404.688
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	11.274	11.160
Provisão para processos judiciais e outros	19	549.669	520.852
Reserva de reversão		7.343	7.342
Outras obrigações	21	277.360	255.919
Passivo financeiro setorial	12	1.260.325	1.229.323
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		6.310.278	5.455.867
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	52.077	55.717
Debêntures	15	3.334.873	3.333.010
Obrigações por arrendamentos	16	132.167	47.602
Subvenções governamentais		7.610	8.488
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	3.866.599	3.895.506
Provisão para processos judiciais e outros	19	1.987.520	1.965.093
Encargos setoriais	20	69.690	38.689
Obrigações sociais e trabalhistas	18	456	401
Reserva de reversão		49.563	51.399
Outras obrigações	21	19.585	19.802
Passivo financeiro setorial	12	646.753	802.026
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.166.893	10.217.733
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	22.1	2.823.486	2.823.486
Reservas de capital		691.470	691.470
Ações em tesouraria	22.2	(49.236)	(49.236)
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	22.5	(800.299)	(781.506)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Lucros acumulados		87.844	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.950.031	2.880.980
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.427.202	18.554.580

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2019	Reapresentado 31.03.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	3.467.915	3.201.892
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	25	(1.982.485)	(1.580.131)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	25	(75.096)	(64.066)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	25	(364.279)	(471.634)
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(195.483)	(219.882)
Entidade de previdência privada	17.1	(5.655)	(5.122)
Serviços de terceiros		(125.715)	(135.667)
Material		(13.734)	(17.715)
Custo de construção		(198.605)	(268.554)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(67.135)	(51.354)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(18.351)	(11.770)
Depreciação e amortização		(160.160)	(137.469)
Outras receitas e despesas operacionais	26	(22.363)	(39.022)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.229.061)	(3.002.386)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		238.854	199.506
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	27	72.161	41.159
Despesas financeiras	27	(235.930)	(244.389)
Variações cambiais, líquidas	27	38	52
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(163.731)	(203.178)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		75.123	(3.672)
Imposto de renda	28	22.287	-
Contribuição social diferida	28	(7.507)	(467)
Imposto de renda diferido	28	(20.852)	(1.298)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	9.4/9.2	(6.072)	(1.765)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		69.051	(5.437)
Lucro (Prejuízo) líquido básico por ação ordinária	23.1	0,34970	(0,03309)
Lucro (Prejuízo) líquido diluído por ação ordinária	23.2	0,31835	(0,03309)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.03.2019	31.03.2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	69.051	(5.437)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	69.051	(5.437)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido		
		Opções de ações outorgadas	Reserva especial de ágio	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Aumento de capital proposto	Reserva legal			Reserva estatutária	
9.2	Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.323.486	22.441	670.897	(49.236)	(646.685)	-	248.984	238.545	(56.594)	1.751.838
	Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.437)	(5.437)
	Prejuízo líquido do período:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transações com os acionistas:	-	185	-	-	-	-	-	-	-	185
	Remuneração com base em ações	-	-	-	-	(30.661)	-	-	-	30.661	-
	Mutações internas do patrimônio líquido:	-	-	-	-	10.424	-	-	-	(10.424)	-
	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(666.922)	-	-	-	(41.794)	-
	Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Saldos em 31 de março de 2018	1.323.486	22.626	670.897	(49.236)	(666.922)	-	248.984	238.545	(41.794)	1.746.586
9.2	Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.823.486	20.573	670.897	(49.236)	(781.506)	-	196.766	-	-	2.880.980
	Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-	-	69.051	69.051
	Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mutações internas do patrimônio líquido:	-	-	-	-	(28.475)	-	-	-	28.475	-
	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	9.682	-	-	-	(9.682)	-
	Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Saldos em 31 de março de 2019	2.823.486	20.573	670.897	(49.236)	(800.299)	-	196.766	-	87.844	2.950.031

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Reapresentado
	31.03.2019	31.03.2018
Atividades operacionais:		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	69.051	(5.437)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	160.160	137.469
Variações monetárias	(13.131)	5.481
Atualização do ativo financeiro da concessão	(50.166)	(31.798)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	68.292	58.351
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	28.114	27.319
Atualização acordo Eletrobras	28.150	17.275
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	73.579	91.197
Juros sobre obrigações de arrendamento	6.732	-
Benefícios pós-emprego	88.334	91.995
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(399)	(12)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	18.417	22.758
Tributos e contribuições sociais diferidos	28.359	1.765
Ações e opções de ações outorgadas	-	185
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(85.871)	16.124
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(22.282)	(1.083)
Outros tributos compensáveis	20.672	(34.537)
Almoxarifado	(1.524)	259
Serviços em curso	(6.046)	29.077
Contas a receber - acordos	(33.723)	(30.055)
Despesas pagas antecipadamente	(10.572)	(13.160)
Outros créditos	26.719	53.491
Ativo financeiro setorial	42.596	(111.821)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	314.728	(85.049)
Outros tributos a pagar	1.782	(15.695)
Obrigações sociais e trabalhistas	(19.651)	37.614
Encargos setoriais	17.588	(111.772)
Outras obrigações	19.389	575
Passivo financeiro setorial	(124.271)	(62.256)
	645.026	88.260
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(103.709)	(30.869)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	(2.309)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.748)	(6.309)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(117.127)	(107.066)
Pagamento de processos judiciais e outros	(22.616)	(36.243)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	20	-
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	395.537	(92.227)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(220.336)	(275.610)
Consumidores participação financeira	10.067	23.664
Aplicações em investimento de curto prazo	(28)	(47.015)
Resgates de investimento de curto prazo	1.107	45.231
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(56.555)	28.575
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	547	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(265.198)	(225.155)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	500.000	559.817
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(5.174)	(47.111)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(758)	(11.691)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(6.778)	(8.345)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(1.683)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	487.290	490.987
Variação no caixa líquido da Companhia	617.629	173.605
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	936.678	597.447
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.554.307	771.052

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reapresentado	
	31.03.2019	31.03.2018
1. RECEITAS	5.754.901	5.153.464
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.822.036	5.204.818
Fornecimento de energia elétrica	3.045.326	2.594.214
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	2.346.374	2.025.906
Outras receitas	231.731	316.144
Receita relativa à construção de ativos próprios	198.605	268.554
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(67.135)	(51.354)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.001.920)	(2.761.060)
Materiais	(102.674)	(142.965)
Outros custos operacionais	(29.023)	(35.258)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.659.525)	(2.331.477)
Serviços de terceiros	(210.698)	(251.360)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.752.981	2.392.404
4. RETENÇÕES	(160.160)	(137.469)
Depreciação e amortização	(160.160)	(137.469)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.592.821	2.254.935
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	72.161	41.159
Receitas financeiras	72.161	41.159
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.664.982	2.296.094
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.664.982	2.296.094
Empregados (Colaboradores)	196.198	226.920
Salários e encargos	111.626	129.398
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	21.261	28.155
Benefícios	55.615	56.393
FGTS	7.696	12.974
Tributos (Governo)	2.158.677	1.821.024
Federais	315.264	255.010
Imposto de renda e contribuição social	6.072	1.765
COFINS	231.745	187.718
PIS	50.229	40.604
INSS	18.468	17.709
Encargos sociais - Outros	8.750	7.214
Estaduais	1.040.979	866.831
ICMS	1.039.477	865.201
Outros	1.502	1.630
Municipais	11.165	11.387
ISS	47	49
IPTU	11.100	11.319
Outros	18	19
Encargos setoriais	791.269	687.796
CDE - Conta de desenvolvimento energético	733.719	634.641
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	32.052	28.930
Encargos do consumidor - PROINFA	21.924	20.494
Encargos do consumidor - CCRBT	141	581
Taxa de fiscalização - ANEEL	3.433	3.150
Remuneração de capitais de terceiros	241.056	253.587
Juros	235.892	244.337
Aluguéis	5.164	9.250
Remuneração de capitais próprios	69.051	(5.437)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(18.793)	(20.237)
Lucros/prejuízos retidos	87.844	14.800

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. (Enel Sudeste), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália). As ações da Companhia estão registradas desde 27 de novembro de 2017 no mais elevado segmento de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), denominado Novo Mercado e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 25, faturou com fornecimento de energia 8.470 e 8.044 GWh nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente, atendendo a aproximadamente 7,2 milhões de unidades consumidoras nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015 e a próxima será em 4 de julho de 2019.

1.1 Acordo Eletrobras

A administração da Companhia, comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor para a Companhia e, conseqüentemente, criar valor a todos seus acionistas, aprovou em 9 de março de 2018, os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletrobras – Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras) visando encerrar a disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal, que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. A Companhia registrou os impactos do referido acordo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por se tratar de uma condição já existente naquele exercício e por ter sido celebrado antes da divulgação das demonstrações contábeis anuais de 2017. Conforme detalhado na nota explicativa nº 19 (d), não foi identificado recurso contra a parte da decisão de 12 de fevereiro de 2019, que homologou o acordo principal com a Eletrobras, aguardando-se respectiva certificação do trânsito em julgado e, com isso restará adimplida a última condição de eficácia do referido acordo. Para a efetivação do pagamento nos termos do acordo, é necessário, também, o trânsito em julgado da decisão que homologou o acordo com os advogados da Eletrobras. Para tanto, a Companhia aguarda o julgamento do recurso de apelação interposto em 26 de setembro de 2018 por um dos ex-advogados da Eletrobras, o qual está previsto para 30 de abril de 2019, com seu respectivo trânsito em julgado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 22 de abril de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as às análises do Comitê de Auditoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração aprovará as presentes informações contábeis intermediárias em 24 de abril de 2019.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (*Internacional Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios anual e quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com exceção à nova política contábil estabelecida pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia o adotou utilizando o método prospectivo, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A Companhia efetuou à revisão das seguintes classificações contábeis para adequar-se à forma de apresentação do grupo Enel, elencadas a seguir e detalhadas na nota explicativa nº 3.2.

- a) Na demonstração do fluxo de caixa
 - (i) Investimentos de curto prazo
 - (ii) Serviços em curso
 - (iii) Ativo e passivo setorial

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Na demonstração de resultado e na demonstração do valor adicionado:

(i) Variação cambial decorrente de compra de energia de Itaipu

(ii) Juros líquidos de Benefício Definido – BD

Os efeitos das reclassificações contábeis sobre os valores anteriormente divulgados relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2018, originalmente autorizado em 27 de abril de 2018, estão apresentados a seguir. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Reconciliação da demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2018, após as reclassificações da variação cambial de compra de energia de Itaipu e juros líquidos de Benefício Definido – BD:

Nota	31.03.2018			
	Originalmente apresentado	Variação cambial de Itaipu	Juros líquidos de benefício definido	Saldo reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.201.892	-	-	3.201.892
CUSTOS OPERACIONAIS				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	3.2.4 (1.578.560)	(1.571)	-	(1.580.131)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(64.066)	-	-	(64.066)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(471.634)	-	-	(471.634)
Custo de operação				
Pessoal e administradores	(219.882)	-	-	(219.882)
Entidade de previdência privada	3.2.5 (92.608)	-	87.486	(5.122)
Serviços de terceiros	(135.667)	-	-	(135.667)
Material	(17.715)	-	-	(17.715)
Custo de construção	(268.554)	-	-	(268.554)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(51.354)	-	-	(51.354)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(11.770)	-	-	(11.770)
Depreciação e amortização	(137.469)	-	-	(137.469)
Outras receitas e despesas operacionais	(39.022)	-	-	(39.022)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(3.088.301)	(1.571)	87.486	(3.002.386)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	113.591	(1.571)	87.486	199.506
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	41.159	-	-	41.159
Despesas financeiras	3.2.5 (156.903)	-	(87.486)	(244.389)
Variações cambiais, líquidas	3.2.4 (1.519)	1.571	-	52
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(117.263)	1.571	(87.486)	(203.178)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(3.672)	-	-	(3.672)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(1.765)	-	-	(1.765)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.437)	-	-	(5.437)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa do trimestre findo em 31 de março de 2018, após reclassificação dos investimentos de curto prazo, serviços em curso e ativo e passivo financeiro setorial:

Nota	31.03.2018				
	Originalmente apresentado	Investimentos de curto prazo	Serviços em curso (P&D / PEE)	Ativos/passivos financeiros setoriais	Saldo reapresentado
Atividades operacionais:					
Prejuízo líquido do período	(5.437)	-	-	-	(5.437)
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	137.469	-	-	-	137.469
Variações monetárias	5.481	-	-	-	5.481
Atualização do ativo financeiro da concessão	(31.798)	-	-	-	(31.798)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	58.351	-	-	-	58.351
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	27.319	-	-	-	27.319
Atualização acordo Eletrobras	17.275	-	-	-	17.275
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	91.197	-	-	-	91.197
Benefícios pós-emprego	91.995	-	-	-	91.995
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(4.408)	4.396	-	-	(12)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	22.758	-	-	-	22.758
Tributos e contribuições sociais diferidos	1.765	-	-	-	1.765
Ações e opções de ações outorgadas	185	-	-	-	185
Redução (aumento) dos ativos:	(183.223)	-	-	-	(91.705)
Consumidores, revendedores e outros	16.124	-	-	-	16.124
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(1.268)	185	-	-	(1.083)
Outros tributos compensáveis	(34.537)	-	-	-	(34.537)
Almoxarifado	259	-	-	-	259
Serviços em curso	-	-	29.077	-	29.077
Contas a receber - acordos	(30.055)	-	-	-	(30.055)
Despesas pagas antecipadamente	(13.160)	-	-	-	(13.160)
Outros créditos	53.491	-	-	-	53.491
Ativo financeiro setorial	(174.077)	-	-	62.256	(111.821)
Aumento (redução) dos passivos:	(145.250)	-	-	-	(236.583)
Fornecedores	(85.049)	-	-	-	(85.049)
Outros tributos a pagar	(15.695)	-	-	-	(15.695)
Obrigações sociais e trabalhistas	37.614	-	-	-	37.614
Encargos setoriais	(82.695)	-	(29.077)	-	(111.772)
Outras obrigações	575	-	-	-	575
Passivo financeiro setorial	-	-	-	(62.256)	(62.256)
	83.679	4.581	-	-	88.260
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(30.869)	-	-	-	(30.869)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.309)	-	-	-	(6.309)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(107.066)	-	-	-	(107.066)
Pagamento de processos judiciais e outros	(36.243)	-	-	-	(36.243)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	4.910	(4.910)	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(91.898)	(329)	-	-	(92.227)
Atividades de investimentos:					
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(275.610)	-	-	-	(275.610)
Consumidores participação financeira	23.664	-	-	-	23.664
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.645.415)	1.598.400	-	-	(47.015)
Resgates de investimento de curto prazo	1.523.802	(1.478.571)	-	-	45.231
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	28.575	-	-	-	28.575
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(344.984)	119.829	-	-	(225.155)
Atividades de financiamentos:					
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	490.987	-	-	-	490.987
Variação no caixa líquido da Companhia	54.105	119.500	-	-	173.605
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	309.283	288.164	-	-	597.447
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	363.388	407.664	-	-	771.052

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração do valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2018, após reclassificações da variação cambial de compra de energia de Itaipu, juros líquidos de Benefício Definido – BD e outras reclassificações entre benefícios e salários:

Nota	31.03.2018				
	Originalmente apresentado	Variação cambial de Itaipu	Juros líquidos de benefício definido	Outras Reclassificações	Saldo reapresentado
1. RECEITAS	5.153.464	-	-	-	5.153.464
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.204.818	-	-	-	5.204.818
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.759.489)	(1.571)	-	-	(2.761.060)
Materiais	(142.965)	-	-	-	(142.965)
Outros custos operacionais	(35.258)	-	-	-	(35.258)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.329.906)	(1.571)	-	-	(2.331.477)
Serviços de terceiros	(251.360)	-	-	-	(251.360)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.393.975	(1.571)	-	-	2.392.404
4. RETENÇÕES	(137.469)	-	-	-	(137.469)
Depreciação e amortização	(137.469)	-	-	-	(137.469)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.256.506	(1.571)	-	-	2.254.935
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	41.159	-	-	-	41.159
Receitas financeiras	41.159	-	-	-	41.159
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.297.665	(1.571)	-	-	2.296.094
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.297.665	(1.571)	-	-	2.296.094
Empregados (Colaboradores)	314.406	-	(87.486)	-	226.920
Salários e encargos	180.669	-	-	(51.271)	129.398
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	28.155	-	-	-	28.155
Benefícios	92.608	-	(87.486)	51.271	56.393
FGTS	12.974	-	-	-	12.974
Tributos (Governo)	1.821.024	-	-	-	1.821.024
Federais	255.010	-	-	-	255.010
Estaduais	866.831	-	-	-	866.831
Municipais	11.387	-	-	-	11.387
Encargos setoriais	687.796	-	-	-	687.796
Remuneração de capitais de terceiros	167.672	(1.571)	87.486	-	253.587
Juros	158.422	(1.571)	87.486	-	244.337
Aluguéis	9.250	-	-	-	9.250
Remuneração de capitais próprios	(5.437)	-	-	-	(5.437)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(20.237)	-	-	-	(20.237)
Prejuízo retidos	14.800	-	-	-	14.800

A seguir estão descritos os principais impactos decorrentes das mudanças de políticas contábeis:

3.1 CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

Transição para o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Impacto da adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Ativos de tecnologia	Outros ativos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	8.302	117.513	1.418	44.709	3.763	175.705
Impacto da taxa de desconto	(1.716)	(37.409)	(18)	(3.767)	(6)	(42.916)
Exclusão de arrendamentos de baixo valor e curto prazo	-	(15)	(1.106)	-	(3.684)	(4.805)
Ativo de direito de uso	6.586	80.089	294	40.942	73	127.984
Passivo de arrendamento	(6.586)	(80.089)	(294)	(40.942)	(73)	(127.984)
Prazo médio contratual remanescente (anos)	4,7	3,8	1,2	1,8	1,8	

Os contratos já classificados como arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 06 (IAS 17), foram reclassificados em 1º de janeiro de 2019 da seguinte forma: de empréstimos e financiamentos para passivo de arrendamento. Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (*covenants*) devido à adoção deste novo pronunciamento, visto que as cláusulas restritivas inseridas nos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018 já excluem o efeito de potenciais alterações ou novas regras contábeis posteriores à assinatura dos contratos. A seguir são demonstramos os impactos no trimestre findo em 31 de março de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

<u>Impacto estimado sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:</u>	31.03.2019
Despesa com depreciação e amortização	8.455
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(9.880)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.425)
Despesas financeiras	3.203
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(605)
Total - impacto na despesa líquida	1.173

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$ 6.677, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

3.2 Revisão de classificação contábil

A Companhia objetivando alinhamento com o grupo Enel, procedeu a revisão das classificações contábeis de investimentos de curto prazo, serviços em curso (projetos P&D/PEE), ativos e passivos financeiros setoriais, variação cambial de compra de energia de Itaipu e juros líquidos de Benefício Definido – BD, concluindo pelas suas reclassificações, conforme descritas a seguir. A Companhia avaliou que o referido alinhamento representa uma melhoria na forma de divulgação de suas informações contábeis. As reclassificações de investimentos de curto prazo, serviços em curso (projetos P&D/PEE), ativos e passivos financeiros setoriais foram realizadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e estão sendo apresentadas para fins de comparabilidade da demonstração do fluxo de caixa de 31 de março de 2018. Os detalhes das referidas reclassificações estão descritos na nota explicativa 3.3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.1 Classificação contábil dos investimentos de curto prazo

Em 31 de março de 2018, foram reclassificados R\$ 407.664 da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa” para fins de comparabilidade da demonstração do fluxo de caixa. O impacto na atividade operacional foi de R\$ 329 e na atividade de investimento R\$ 119.829.

3.2.2 Serviços em curso

Em 31 de março de 2018, foi reclassificado na demonstração do fluxo de caixa, na atividade operacional o valor de R\$ 29.077 da rubrica “encargos setoriais” para “serviços em curso”.

3.2.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 31 de março de 2018, foi reclassificado na demonstração do fluxo de caixa, na atividade operacional o valor de R\$ 62.256 do ativo financeiro setorial para o passivo financeiro setorial.

3.2.4 Classificação contábil da variação cambial de Itaipu

O impacto no trimestre findo em 31 de março de 2018 foi uma reclassificação de uma despesa de variação cambial de R\$1.571 do resultado financeiro para o resultado operacional (energia comprada para revenda).

3.2.5 Classificação contábil dos juros líquidos de Benefício Definido – BD

O impacto no trimestre findo em 31 de março de 2018 foi uma reclassificação de despesa de R\$ 87.486 do resultado operacional para o resultado financeiro.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
Numerário disponível		3.122	76.330
Numerário em trânsito		116.174	76.388
CDB-DI	4.1	1.435.011	783.960
Total		1.554.307	936.678

Investimentos de curto prazo:

		31.03.2019	31.12.2018
CDB-DI	4.1	751	861
Fundo de investimento		3.300	3.895
Total		4.051	4.756
Total geral		1.558.358	941.434

- 4.1 Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 95,99% do CDI no período findo em 31 de março de 2019 (95,80% no período findo em 31 de março de 2018), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento, junto ao próprio emissor.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após os períodos de 3,5 anos para a classe residencial e 5 anos para as demais classes.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 31.03.2019
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	402.409	452.354	69.258	102.061	426.991	1.453.073	(544.946)	908.127
Industrial	60.067	40.552	9.396	8.279	54.997	173.291	(59.598)	113.693
Comercial	249.638	105.469	8.424	10.161	58.982	432.674	(69.765)	362.909
Rural	118	137	8	15	66	344	(66)	278
Poderes públicos	47.101	11.408	2.727	3.008	1.825	66.069	(3.821)	62.248
Iluminação pública	23.730	1.173	107	56	37	25.103	(188)	24.915
Serviço público	33.822	234	17	-	88	34.161	(328)	33.833
Serviço cobráveis	54	562	120	6	5	747	(514)	233
Encargos de uso da rede	3.315	28	14	-	-	3.357	-	3.357
Fornecimento não faturado	789.324	-	-	-	-	789.324	(4.550)	784.774
Participação financeira do consumidor	203	480	121	341	16	1.161	-	1.161
Revendedores e outros:								
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	5.772	-	-	-	-	5.772	-	5.772
Ressarcimento - leilões de energia	50.369	-	-	-	-	50.369	-	50.369
TOTAL - CIRCULANTE	1.665.922	612.397	90.192	123.927	543.007	3.035.445	(683.776)	2.351.669
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	26.059	26.059	(194)	25.865
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	26.059	26.059	(194)	25.865
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.665.922	612.397	90.192	123.927	569.066	3.061.504	(683.970)	2.377.534

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 31.12.2018
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	435.286	366.192	65.408	91.538	443.232	1.401.656	(547.958)	853.698
Industrial	71.167	45.103	3.924	7.019	53.587	180.800	(58.789)	122.011
Comercial	259.577	83.711	6.812	8.800	58.351	417.251	(66.281)	350.970
Rural	157	95	8	14	62	336	(66)	270
Poderes públicos	31.006	14.509	2.320	2.512	1.434	51.781	(3.364)	48.417
Iluminação pública	22.980	1.338	45	21	47	24.431	(99)	24.332
Serviço público	27.131	614	1	-	103	27.849	(202)	27.647
Serviço cobráveis	343	630	224	86	402	1.685	(503)	1.182
Encargos de uso da rede	3.289	-	-	-	-	3.289	-	3.289
Fornecimento não faturado	870.094	-	-	-	-	870.094	(5.763)	864.331
Participação financeira do consumidor	344	130	309	256	28	1.067	-	1.067
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	26.360	-	-	-	-	26.360	-	26.360
TOTAL - CIRCULANTE	1.747.734	512.322	79.051	110.246	557.246	3.006.599	(683.025)	2.323.574
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	26.040	26.040	(982)	25.058
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	26.040	26.040	(982)	25.058
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.747.734	512.322	79.051	110.246	583.286	3.032.639	(684.007)	2.348.632

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A Companhia classifica os saldos das contas a receber – acordos como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Consumidores		409.405	373.625
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(191.344)	(181.194)
Saldo líquido de PECLD		218.061	192.431
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores		10.817	12.874
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(2.285)	(1.992)
Saldo líquido de PECLD		8.532	10.882
Total circulante + não circulante		226.593	203.313

A abertura das contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.03.2019
	até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	180.084	70.221	169.917
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(35.989)	(26.015)	(131.625)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	144.095	44.206	38.292
			226.593

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2018	Provisões/reversões	Perda	Saldo final 31.03.2019
Consumidores	5	(684.007)	(56.969)	57.006	(683.970)
Contas a receber - acordos	6	(183.186)	(10.443)	-	(193.629)
Outros créditos - Multa rescisão contratual	10	(5.892)	(382)	-	(6.274)
Outros créditos	10	(1.584)	(498)	130	(1.952)
Total		(874.669)	(68.292)	57.136	(885.825)
Circulante		(871.695)			(883.346)
Não circulante		(2.974)			(2.479)
Total		(874.669)			(885.825)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2019
Provisão/Reversão	(68.292)
Receita com recuperação de perdas	1.157
	(67.135)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis

CIRCULANTE

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
Contribuição social		5.592	5.053
Imposto de renda	8.1	47.733	4.372
Imposto de renda retido na fonte		17.084	13.868
Total		70.409	23.293

Outros tributos compensáveis

CIRCULANTE

	31.03.2019	31.12.2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	88.049	92.491
ICMS - Compra de créditos	1.654	18.180
COFINS	15.611	14.410
PIS	4.600	4.333
INSS	36	-
Total	109.950	129.414

NÃO CIRCULANTE

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	82.462	84.967
Total	82.462	84.967
Total	192.412	214.381

8.1 Dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT na apuração do IRPJ

Em março de 2019, a Companhia registrou crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar no valor de R\$ 43.356, sendo R\$ 22.287 de principal na rubrica “imposto de renda” e R\$ 21.069 de atualização pela SELIC na rubrica “receitas financeiras”. O referido crédito é decorrente de decisão judicial favorável transitada em julgado proferida em ação movida pela Companhia em 2011 pleiteando o reconhecimento do seu direito ao benefício da dedução em dobro das despesas incorridas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

com o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – PAT, na forma prevista na Lei 6.321/1976, bem como a repetição, através de compensação, do IRPJ recolhido indevidamente desde 2006. A Companhia requererá a habilitação do crédito à Receita Federal do Brasil e, após seu deferimento, procederá à compensação com tributos federais.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	1.906.066	1.928.338
Benefício fiscal do ágio incorporado	9.3	225.246	231.333
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		2.131.312	2.159.671

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Nota	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.03.2018
Tributos diferidos ativos:					
Provisão de benefício a empregados		274.186	282.077	(7.891)	(2.948)
Provisão para processos judiciais e outros		289.862	282.014	7.848	429
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras		553.769	544.198	9.571	5.873
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		89.989	85.441	4.548	8.945
Provisão para materiais e serviços		12.725	15.885	(3.160)	(1.182)
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	22.5	863.696	863.696	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa		215.474	213.290	2.184	2.651
Créditos tributários sobre ágio na incorporação		227.625	248.318	(20.693)	(20.693)
Diferença na taxa de depreciação/amortização		64.981	66.737	(1.756)	(1.756)
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)		9.241	24.003	(14.762)	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)		36.842	35.219	1.623	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)		605	-	605	-
Outros		34.622	26.355	8.267	8.775
Total dos tributos diferidos ativos		2.673.617	2.687.233	(13.616)	94
Tributos diferidos passivos:					
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	22.5	(451.421)	(461.103)	9.682	10.424
Atualização do ativo financeiro da concessão		(243.303)	(226.246)	(17.057)	(10.811)
Atualização monetária de depósitos judiciais		(51.472)	(50.597)	(875)	4.943
Outros		(21.355)	(20.949)	(406)	(232)
Total dos tributos diferidos passivos		(767.551)	(758.895)	(8.656)	4.324
Ativo fiscal diferido, líquido		1.906.066	1.928.338	(22.272)	4.418
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado				(6.087)	(6.183)
Total receita imposto de renda e contribuição social diferidos				(28.359)	(1.765)

9.3 Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal gerado pelas incorporações dos ágios das antigas controladoras AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”), oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alterada.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

	31.03.2019			31.12.2018
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(100.872)	66.576	(34.296)	(30.486)
Subtotal	414.698	(273.699)	140.999	144.809
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(60.272)	39.780	(20.492)	(18.215)
Subtotal	247.786	(163.539)	84.247	86.524
Total do benefício fiscal do ágio incorporado	662.484	(437.238)	225.246	231.333

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia como resultado do processo de Reorganização, concluído em dezembro de 2016, foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio na incorporação no montante de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio incorporado no montante de R\$ 280.034. Desse benefício, R\$ 23.000 foram compartilhados com todos os acionistas da Companhia, afetando positivamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 670.897 foram registrados em contrapartida à conta "Reserva especial de ágio", no patrimônio líquido (nota explicativa nº 23.4). Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado até o final da concessão da Companhia.

Vale ressaltar que a amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.03.2019
Saldo inicial	2.159.671
Impacto no resultado do trimestre	(28.359)
Saldo final	2.131.312

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2019, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2028.

10. Outros créditos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		78.712	69.439
Cauções e depósitos vinculados	10.1	56.691	1.129
Valores a receber da alienação de bens e direitos		9.786	7.381
Bens e direitos destinados a alienação		10.869	10.869
Multa rescisão contratual		6.777	6.410
Repasse CDE		53.108	62.972
Outros créditos - partes relacionadas	29.1.1	95	94
Adiantamentos		5.247	6.836
Ressarcimento - acordos bilaterais		-	3.400
Ressarcimento - acordos bilaterais - partes relacionadas	29.1.1	-	618
Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT		6.943	28.766
Cobrança contratual - empreiteiras		5.914	6.878
Aluguel de poste		18.852	17.534
Outros		14.424	12.977
Subtotal		267.418	235.303
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - Multa rescisão contratual	7	(6.274)	(5.892)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos	7	(1.952)	(1.584)
Total		259.192	227.827
NÃO CIRCULANTE			
Valores a receber da alienação de bens e direitos		5.512	6.118
Financiamento à CESP		8.438	8.390
Cauções contratuais - venda de imóveis		14.273	14.120
Cobrança contratual - empreiteiras		3.741	4.996
Seguro garantia judicial		10.928	12.344
Outros		462	1.340
Total		43.354	47.308

- 10.1 A Companhia deve disponibilizar em conta bancária específica, um dia útil antes do vencimento, o montante a pagar aos fornecedores de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs. Em 29 de março de 2019, a Companhia disponibilizou o montante de R\$ 55.644, relacionado às faturas com vencimento em 30 de março de 2019. A efetivação do pagamento, para esse vencimento, ocorreu no dia 1º abril de 2019. O saldo restante da rubrica se refere a outras cauções e depósitos vinculados.

11. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
Ativo contratual	11.1	456.782	634.918
Ativo financeiro da concessão	11.2	4.033.672	3.795.279
Intangível			
Ativo intangível da concessão	11.3	4.474.998	4.448.061
Total dos contratos de concessão público - privado		8.965.452	8.878.258

Bens vinculados à concessão

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

11.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 28) a uma taxa média de 6,81% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2019 (9,3% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2018), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2018		731.440	(96.522)	634.918
Adições		221.494	(25.795)	195.699
Transferências para intangível da concessão	11.3	(189.324)	7.485	(181.839)
Transferências para o ativo financeiro	11.2	(205.600)	13.604	(191.996)
Saldos em 31 de março de 2019		558.010	(101.228)	456.782

11.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	31.03.2019
Saldo inicial		3.795.279
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	191.996
Baixas	26	(3.769)
Atualização do ativo financeiro da concessão	24	50.166
Saldo final		4.033.672

11.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	31.03.2019	31.12.2018
Ativo intangível - custo	7.666.161	7.544.105
Amortização acumulada	(3.191.163)	(3.096.044)
Total do ativo intangível da concessão	4.474.998	4.448.061

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2018		8.445.010	(900.905)	7.544.105	(3.096.044)	4.448.061
Adições		1.297	-	1.297	(160.186)	(158.889)
Baixas		(61.622)	-	(61.622)	50.774	(10.848)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	14.510	14.510
Transferências de investimento		541	-	541	(216)	325
Transferências do ativo contratual	11.1	189.324	(7.485)	181.839	-	181.839
Saldos em 31 de março de 2019		8.574.550	(908.390)	7.666.160	(3.191.162)	4.474.998

12. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2018	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 31.03.2019	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo		
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Ativos e passivos financeiros setoriais													
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA													
	1.755.358	347.440	(306.563)	(24.336)	24.251	1.826.150	1.486.214	339.936	2.008.963	513.415	(571.806)	(124.422)	
	745.243	124.911	(123.231)	-	10.044	756.967	628.683	128.074	599.744	157.223	-	-	
	3.257	12.459	(1.569)	-	190	14.337	12.708	1.693	11.160	3.177	-	-	
	89.479	13.024	(20.568)	-	1.228	83.163	62.939	20.224	67.443	15.720	-	-	
	23.618	4.773	(4.738)	-	335	23.988	19.095	4.893	19.214	4.774	-	-	
	220.078	42.598	2.239	-	3.642	268.557	270.855	(2.298)	200.843	67.714	-	-	
12.1	1.466.416	266.683	(352.627)	(24.336)	-	1.375.366	989.414	385.952	1.110.559	264.807	-	-	
12.2	(762.733)	(117.008)	193.931	-	(10.418)	(696.228)	(497.690)	(198.538)	-	-	(571.806)	(124.422)	
Demais ativos e passivos financeiros setoriais													
	(1.170.916)	(136.386)	187.693	-	(10.424)	(1.130.033)	(936.286)	(193.747)	61.827	18.990	(688.519)	(522.331)	
	49.936	(33.541)	(4.705)	-	6.456	11.313	6.457	4.857	9.699	1.614	-	-	
	(316.904)	25.176	35.070	-	(3.850)	(260.508)	(224.306)	(36.202)	-	-	(204.431)	(56.077)	
	(440.559)	(31.415)	-	-	(6.728)	(478.702)	(478.702)	-	-	-	(89.757)	(388.945)	
	(431.469)	(100.787)	119.494	-	(3.365)	(416.127)	(292.779)	(123.348)	-	-	(342.932)	(73.195)	
	(61.658)	-	30.339	-	-	(31.319)	-	-	-	-	(31.319)	-	
	29.738	4.181	7.495	-	3.866	45.310	53.045	(7.735)	52.128	17.376	(20.080)	(4.114)	
Total													
	614.442	211.054	(118.870)	(24.336)	13.827	696.117	549.928	146.189	2.070.790	532.405	(1.260.325)	(646.753)	
Ativo (passivo) financeiro setorial, líquido													

12.1 A Companhia possui contratos de compra de energia registrados em submercados diferentes daquele em que sua energia é vendida (sudeste). Estes contratos são registrados no submercado do vendedor (gerador de energia), expondo os compradores, no caso, as distribuidoras de energia elétrica, à diferença entre o PLD do submercado do vendedor e o PLD do submercado do comprador. Quando o PLD do submercado da distribuidora for superior ao PLD do submercado do gerador, este fato poderá gerar uma exposição negativa, e conforme as regras de comercialização, as distribuidoras rateiam essa exposição proporcionalmente à quantidade de energia contratada que cada uma possui. Entretanto, o rateio da exposição financeira poderá não ser suficiente para cobrir toda a exposição financeira negativa gerada. Diante do exposto, e considerando que a Companhia sofreu uma exposição negativa devido ao PLD no submercado em que atua (Sudeste) ser consideravelmente superior ao PLD no submercado Norte, e que o rateio não foi suficiente para cobrir sua exposição financeira negativa, a Companhia registrou um diferimento ativo com compra de energia no total de R\$ 239.594. O efeito negativo da referida exposição financeira foi de R\$ 61.384 na venda de energia de curto prazo, e R\$ 178.210 na compra de energia de curto prazo durante o primeiro trimestre de 2019, e representa o montante que deve ser compensado à Companhia por essas diferenças de preços.

12.2 O aumento do diferimento passivo da CVA de ESS, foi impactado principalmente pelas sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados, gerando assim, alívio de despesas com ESS no montante de R\$ 71.782 – nota explicativa 26.1.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Itaipu		409.741	472.676
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13.1	465.706	78.775
Suprimento de energia elétrica		564.078	484.409
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1.1	6.724	2.303
Energia livre		114.373	112.681
Encargos de uso de rede elétrica		128.321	159.399
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1.1	1.619	1.587
Total energia		1.690.562	1.311.830
Materiais e serviços		231.782	313.592
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1.1	3.236	-
Total Fornecedores		1.925.580	1.625.422

- 13.1 O aumento do saldo a pagar da CCEE está relacionado à (i) compra de energia no mercado de curto prazo, combinado com a alta do PLD em fevereiro de 2019 e (ii) exposição financeira negativa, conforme explicado na nota explicativa nº12.1.

14. Tributos a pagar

Outros tributos a pagar:	31.03.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS	16.718	16.697
COFINS	77.008	76.909
INSS	8.552	11.001
IRRF	404	805
Outros	5.203	8.116
Subtotal - Federais	107.885	113.528
Tributos Estaduais		
ICMS	389.953	382.130
Subtotal - Estaduais	389.953	382.130
Tributos Municipais		
ISS	1.447	1.845
Subtotal - Municipais	1.447	1.845
Total - Outros tributos a pagar	499.285	497.503

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia efetuou pagamentos relativos ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) no montante de R\$ 3.748.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

15.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

			31.03.2019							
Nota	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)(II)	Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Moeda nacional										
Empréstimos e financiamentos:										
29.1.1	2020	4,00	11	5.459	-	5.470	-	-	-	5.470
	2024	TJLP+5,00	161	10.875	-	11.036	52.077	-	52.077	63.113
	2019	6,80	7.634	420.000	-	427.634	-	-	-	427.634
	2020	109,24% do CDI	1.795	500.000	(672)	501.123	-	-	-	501.123
Total - Empréstimos e financiamentos			9.601	936.334	(672)	945.263	52.077	-	52.077	997.340
Debêntures:										
29.1.1	2021	CDI+2,62	13.855	180.000	(4.833)	189.022	360.000	(4.439)	355.561	544.583
	2021	111,02% do CDI	2.255	-	-	2.255	704.052	(3.379)	700.673	702.928
	2023	112,85% do CDI	4.585	-	-	4.585	1.395.948	(7.195)	1.388.753	1.393.338
	2025	CDI+ 1,73	3.282	-	-	3.282	900.000	(10.114)	889.886	893.168
Total - Debêntures			23.977	180.000	(4.833)	199.144	3.360.000	(25.127)	3.334.873	3.534.017
Total da dívida			33.578	1.116.334	(5.505)	1.144.407	3.412.077	(25.127)	3.386.950	4.531.357

31.12.2018										
Nota	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)(II)	Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Moeda nacional										
Empréstimos e financiamentos:										
29.1.1	2020	4,00	12	5.893	-	5.905	1.012	-	1.012	6.917
	2024	TJLP+5,00	169	10.705	-	10.874	54.705	-	54.705	65.579
	2019	6,80	873	420.000	-	420.873	-	-	-	420.873
	Total - Empréstimos e financiamentos			1.054	436.598	-	437.652	55.717	-	55.717
Debêntures:										
3.1/16	2021	CDI+2,62	3.640	180.000	(5.217)	178.423	360.000	(5.327)	354.673	533.096
	2021	111,02% do CDI	13.826	-	-	13.826	704.052	(3.677)	700.375	714.201
	2023	112,85% do CDI	28.117	-	-	28.117	1.395.948	(7.554)	1.388.394	1.416.511
	2025	CDI+1,73	19.587	-	-	19.587	900.000	(10.432)	889.568	909.155
Total - Debêntures			65.170	180.000	(5.217)	239.953	3.360.000	(26.990)	3.333.010	3.572.963
Arrendamento financeiro			-	31.254	-	31.254	47.602	-	47.602	78.856
Total - Arrendamento financeiro			-	31.254	-	31.254	47.602	-	47.602	78.856
Total da dívida			66.224	647.852	(5.217)	708.859	3.463.319	(26.990)	3.436.329	4.145.186

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Companhia firmou operações de conta garantida, com as seguintes características:

Banco	Valor	Vigência	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite	Garantia
Caixa Econômica Federal	R\$ 100.000	Março de 2016 até março de 2019	CDI + 0,34% a.m.	0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado	Recebíveis
ABC	R\$ 100.000	Novembro de 2018 até maio de 2019	CDI + 0,16% a.m.	0,058% a.m. sobre o saldo não utilizado	Aval (Enel Brasil S.A.)

Garantias: A 23ª debêntures conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 5 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 87.366, com taxas contratuais que variam de 0,75% a 1,20% a.a..

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2019:

Referência	Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	5ª Nota Promissória	R\$ 500.000	Março de 2019	104% do CDI	Única	R\$ 500.000	Setembro de 2019	Reforço de capital de giro

- (a.1) Em 11 de março de 2019 foi liquidada com a intermediação do Banco Santander S.A, a 5ª Emissão de Notas Promissórias – 5ª NP, em série única, no valor total de R\$ 500.000, com prazo de vencimento de seis meses contado da data de emissão, taxa contratual de 104% do CDI e sem garantia. Os recursos líquidos serão destinados para reforço de capital de giro. Os custos de emissão da 5ª NP, totalizaram R\$ 758, sendo que foi diferido 100% desse montante, e está sendo amortizado pela taxa efetiva.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de março de 2019:

Referência	Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	Mútuo	R\$ 420.000	Dezembro de 2018	6,8%	Única	R\$ 420.000	Dezembro de 2019	Reforço de capital de giro
b.2	23ª Emissão (1ª Série)	R\$ 704.052	Setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	Setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª Emissão (2ª Série)	R\$ 1.395.948	Setembro de 2018	111% do CDI	Semestrais	R\$ 697.974 R\$ 697.974	Setembro de 2022 Setembro de 2023	
	23ª Emissão (3ª Série)	R\$ 900.000	Setembro de 2018	CDI + 1,45%	Semestrais	R\$ 300.000 R\$ 300.000 R\$ 300.000	Setembro de 2023 Setembro de 2024 Setembro de 2025	
b.3	14ª Emissão	R\$ 600.000	Dezembro de 2018	CDI + 1,50%	Semestrais	R\$ 180.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000	Novembro de 2019 Novembro de 2020 Novembro de 2021	Recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012
b.4	FINEP 1	R\$ 37.096	Março de 2012	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de	Fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação Financiamento de desenvolvimento de projetos Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP 2	R\$ 55.301	Agosto de 2014	TJLP + 5%	Mensal	Mensal (a partir de abril	Abril de 2024	
	FINEP 2	R\$ 41.448	Novembro de 2017	TJLP + 5%	Mensal	Mensal	Abril de 2024	
	(3ª liberação)							

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2019		31.12.2018	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	4.009.368	89,14	3.507.793	86,00
TJLP	62.952	1,40	65.410	1,60
Taxa fixa	425.459	9,46	505.761	12,40
Total	4.497.779	100,00	4.078.964	100,00

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.4 Em 31 de março de 2019, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2020	7.869	180.000	(10.429)	177.440
2021	12.249	884.052	(6.363)	889.938
2022	13.075	697.974	(3.710)	707.339
2023	14.014	997.974	(2.714)	1.009.274
2024	4.870	300.000	(1.338)	303.532
2025 em diante	-	300.000	(573)	299.427
	52.077	3.360.000	(25.127)	3.386.950

15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.03.2019	31.12.2018
	%	%
CDI (*)	6,40	6,40
SELIC (*)	6,40	6,40
TJLP (*)	7,03	6,98

(*) Índice do último dia do trimestre.

15.6 As movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi como segue:

Nota	Saldo inicial 31.12.2018	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento de custos de transação	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 31.03.2019
Moeda nacional										
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP - b.4	72.496	-	992	184	(5.174)	(1.002)	-	-	1.087	68.583
Notas promissórias - 5ª emissão - a.1	-	500.000	1.795	-	-	-	(758)	86	-	501.123
Mútuo - b.1	420.873	-	6.761	-	-	-	-	-	-	427.634
Outros	-	-	710	-	-	(710)	-	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos	493.369	500.000	10.258	184	(5.174)	(1.712)	(758)	86	1.087	997.340
Debêntures:										
Debêntures - 14ª emissão - b.3	533.096	-	10.215	-	-	-	-	1.272	-	544.583
Debêntures - 23ª emissão - b.2	3.039.867	-	52.522	-	-	(103.930)	-	975	-	2.989.434
Total - Debêntures	3.572.963	-	62.737	-	-	(103.930)	-	2.247	-	3.534.017
Arrendamento financeiro	78.856	-	-	-	-	-	-	-	(78.856)	-
Total - Arrendamento financeiro	78.856	-	-	-	-	-	-	-	(78.856)	-
Total da dívida	4.145.188	500.000	72.995	184	(5.174)	(105.642)	(758)	2.333	(77.769)	4.531.357

15.7 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

No trimestre findo em 31 de março de 2019, não há diferença entre a movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures da nota explicativa nº 15.6 (ingressos, pagamentos de principal e diferimento de custos de transação) e a atividade de financiamento do fluxo de caixa.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Atividades de financiamento:

Ingresso de novos empréstimos, debêntures e arrendamento financeiro
 Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)
 Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro
 Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)
Total

31.03.2018		
Movimentação das dívidas: + Ingressos (-) Pagamentos principal (-) Diferimento custos de transação	Alterações de caixa:	Demonstração do Fluxo de Caixa
	Custos da migração Novo Mercado	
559.817	-	559.817
(47.111)	-	(47.111)
(9.087)	-	(9.087)
(28.494)	3.084	(25.410)
475.125	3.084	478.209

Custos de migração - Novo Mercado: Os custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos credores referente a migração para o novo mercado foram de R\$ 19.241, sendo que R\$ 16.157 foram pagos em novembro de 2017 e o pagamento do residual de R\$ 3.084 ocorreu em janeiro de 2018.

15.8 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros da 14ª e 23ª Debêntures:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

- (*) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) de todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) de todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”, (iv) dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima, (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa e (viii) baixas de títulos incobráveis.

Em relação a 5ª Nota Promissória, emitida pela Companhia em 11 de março de 2019, o LAJIDA (*EBITDA*) também é ajustado pela perda na desativação de bens e direitos.

Dessa forma, em 31 de março de 2019, esses índices eram de:

- (i) Capacidade de endividamento 14ª e 23ª Debêntures: Dívida líquida/ LAJIDA (*EBITDA*) ajustado = **2,73** vezes;
 (ii) Capacidade de endividamento 5ª Nota Promissória: Dívida líquida/ LAJIDA (*EBITDA*) ajustado = **2,65** vezes;

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2019, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*. Adicionalmente, a Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (*covenants* qualitativos), as quais em 31 de março de 2019 foram atendidas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações por arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.1, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - operações de arrendamento mercantil retrospectivamente, com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019. Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros. A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo do contrato inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Os contratos já classificados como arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 06 (R1)/IAS 17, foram reclassificados em 1º de janeiro de 2019 da seguinte forma: de empréstimos e financiamentos para passivo de arrendamento, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.3.

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de março de 2019 são de R\$ 179.829 no ativo e R\$ 204.485 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

16.1 Em 31 de março de 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa efetiva a.a (%)	Circulante	Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
Arrendamento financeiro:					
CPC 06 / IAS 17:					
Imóveis	Fixa	13,39	1.885	5.103	6.988
Ativos de tecnologia	Fixa	30,85	3.629	2.018	5.646
Veículos e outros meios de transporte	Fixa	21,86	31.666	36.284	67.950
CPC 06 (R2) / IFRS 16:					
Terrenos	Fixa	10,78	1.263	5.067	6.330
Imóveis	Fixa	10,38	12.839	66.390	79.228
Veículos e outros meios de transporte	Fixa	8,97	208	36	245
Ativos de tecnologia	Fixa	8,95	20.790	17.241	38.030
Outros ativos	Fixa	8,93	39	29	67
Total - Obrigação por arrendamento financeiro			72.318	132.167	204.485

16.2 Em 31 de março de 2019, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	CPC 06 / IAS 17		CPC 06 (R2) / IFRS 16		TOTAL		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
2019	40.594	(8.956)	43.874	(8.736)	84.468	(17.692)	66.776
2020	29.238	(8.965)	37.294	(9.178)	66.532	(18.143)	48.389
2021	17.940	(5.883)	17.623	(6.837)	35.563	(12.720)	22.843
2022	11.181	(4.212)	16.720	(5.583)	27.901	(9.795)	18.106
2023	6.664	(3.183)	14.746	(4.304)	21.410	(7.487)	13.923
2024 em diante	9.888	(3.722)	34.277	(5.995)	44.165	(9.717)	34.448
	115.505	(34.921)	164.534	(40.633)	280.039	(75.554)	204.485

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Movimentações dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e obrigações por arrendamento:

	Saldo inicial 31.12.2018	Saldos reclassificados em 01.01.2019	Adoção inicial	Amortizações	Saldo final 31.03.2019
Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado):					
CPC 06 / IAS 17:					
Imóveis	-	5.519	-	(285)	5.234
Ativos de tecnologia	-	4.648	-	(600)	4.048
Veículos e outros meios de transporte	-	56.162	-	(5.144)	51.018
CPC 06 (R2) / IFRS 16:					
Terrenos	-	-	6.586	(337)	6.249
Imóveis	-	-	80.089	(3.275)	76.814
Veículos e outros meios de transporte	-	-	294	(52)	242
Ativos de tecnologia	-	-	40.942	(4.782)	36.160
Outros ativos	-	-	73	(9)	64
Total - Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado)	-	66.329	127.984	(14.484)	179.829

	Saldo inicial 31.12.2018	Saldos reclassificados em 01.01.2019	Adoção inicial	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31.03.2019
Passivo de arrendamento:							
CPC 06 / IAS 17:							
Imóveis	-	7.265	-	226	(278)	(226)	6.987
Ativos de tecnologia	-	5.452	-	292	(66)	(31)	5.647
Veículos e outros meios de transporte	-	66.139	-	3.012	(763)	(438)	67.950
CPC 06 (R2) / IFRS 16:							
Terrenos	-	-	6.586	160	(286)	(141)	6.319
Imóveis	-	-	80.089	2.216	(2.035)	(1.031)	79.239
Veículos e outros meios de transporte	-	-	294	6	(50)	(5)	245
Ativos de tecnologia	-	-	40.942	819	(3.294)	(436)	38.031
Outros ativos	-	-	73	1	(6)	(1)	67
Total - Passivo de arrendamento	-	78.856	127.984	6.732	(6.778)	(2.309)	204.485

17. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.03.2019	31.12.2018
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	3.769.515	3.799.825
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	108.358	106.841
Total obrigações com benefícios pós-emprego	3.877.873	3.906.666
Circulante	11.274	11.160
Não circulante	3.866.599	3.895.506
Total	3.877.873	3.906.666

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 4,22%, conforme a faixa salarial, e são reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do plano em vigor.

(a) Movimentação contábil do passivo registrado:

	Nota	31.03.2019
Saldo inicial		3.799.825
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		5.509
Juros líquidos do plano de pensão conforme laudo atuarial		78.774
Pagamento de contribuições	(a.1)	(114.593)
Saldo no final		3.769.515

(a.1) Em 17 de abril de 2019, a Companhia negociou a alteração da periodicidade do fluxo de pagamentos de mensal para trimestral, sendo o pagamento do 1º trimestre de 2019 realizado em 12 de abril de 2019. O valor de R\$ 114.593 refere-se ao pagamento do último trimestre do exercício de 2018.

(b) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres:

	Nota	31.03.2019	31.03.2018
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		5.509	4.509
Capitalização para infraestrutura em construção		(109)	(497)
Outras contribuições - Contribuição definida		255	1.110
Despesas nos trimestres com entidade de previdência privada		5.655	5.122
Custo dos juros do plano de pensão		269.016	283.146
Rendimento esperado dos ativos do plano		(190.242)	(195.660)
Total dos juros (líquidos) do plano de pensão conforme laudo atuarial	27	78.774	87.486
Total das despesas nos trimestres		84.429	92.608

(c) Contratos com a FUNCESP

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Previdência PrivadaEmpréstimos e financiamentos:

Confissão de dívida IIa

Confissão de dívida IIb

Contrato de ajustes de reserva matemática

Total dos contratos

Diferença entre premissas

Total registrado

	31.03.2019	31.12.2018
	423.118	428.344
	219.626	222.338
	2.675.468	2.677.199
Total dos contratos	3.318.212	3.327.881
Diferença entre premissas	451.303	471.944
Total registrado	3.769.515	3.799.825

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1(l) das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

17.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2020), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstos em acordo coletivo.

A movimentação foi como segue:

	Nota	31.03.2019
Saldo inicial		106.841
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		1.788
Custo dos juros correntes conforme laudo atuarial	27	2.263
Pagamentos		(2.534)
Saldo final		108.358

18. Obrigações sociais e trabalhistas**CIRCULANTE**

Encargos sobre folha de pagamento

Folha de pagamento - Outros

Férias

Provisão - 13º salário

Programa de saída voluntária / Incentivo à aposentadoria

Participação nos lucros e resultados

Encargos sociais sobre férias e gratificações

Bônus de curto prazo

Bônus diferido - Incentivo de longo prazo

Total**NÃO CIRCULANTE**

Bônus diferido - Incentivo de longo prazo

Total

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
		4.755	7.687
		419	37
		40.010	43.348
		6.839	-
		27.180	70.596
	18.1	71.709	50.448
		17.584	15.845
		1.731	1.996
		425	401
Total		170.652	190.358
		456	401
Total		456	401

- 18.1 O saldo de participação nos lucros e resultados em 31 de março de 2019, compreendem (i) o montante a pagar referente ao exercício de 2018 e (ii) estimativa a pagar para o primeiro trimestre de 2019. A efetivação do pagamento referente ao exercício de 2018, ocorreu no início de abril de 2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

19.1 Provisões

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Processos trabalhistas (a)	352.512	349.117	190.520	194.294
Processos cíveis (b):				
Autos de infração - Fundação Procon	44.332	43.137	-	-
Multas de trânsito	46.749	43.994	-	-
Multas posturais	37.999	38.395		
Outros processos cíveis (b.1)	121.475	115.996	2.173	2.274
Processos regulatórios (c)	100.048	95.419	-	-
Processos fiscais				
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	113.630	107.597	120.300	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	68.760	68.227	-	-
Outros processos fiscais	6.552	6.971	2.377	2.179
Processos ambientais	5.700	5.810	-	-
Acordo Eletrobras (d)	1.628.731	1.600.581	-	-
Outros processos	10.701	10.701	-	-
Total	2.537.189	2.485.945	315.370	313.637
Circulante	549.669	520.852		
Não circulante	1.987.520	1.965.093		
Total	2.537.189	2.485.945		

O total de cauções e depósitos vinculados, em 31 de março de 2019, no montante de R\$ 546.562 (R\$ 539.358 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2019	31.12.2018
Processos prováveis	315.370	313.637
Processos possíveis	179.092	173.632
Processos remotos	52.100	52.089
Total	546.562	539.358

Os depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível e perda remota, são compostos em sua maior parte por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais são realizados pela Companhia a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos.

A Companhia classifica os saldos de cauções e depósitos vinculados como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

As movimentações das provisões dos processos judiciais e outros são como segue:

	Passivo						Saldo final 31.03.2019
	Saldo Inicial 31.12.2018	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reclassificações	
Processos trabalhistas	349.117	20.380	5.316	(14.261)	(8.040)	-	352.512
Processos cíveis:							
Autos de infração - Fundação Procon	43.137	-	1.195	-	-	-	44.332
Multas de trânsito	43.994	-	2.755	-	-	-	46.749
Multas posturais	38.395	-	386	-	(782)	-	37.999
Outros processos cíveis	115.996	23.806	1.300	(7.538)	(12.089)	-	121.475
Processos regulatórios	95.419	-	4.629	-	-	-	100.048
Processos fiscais:							
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	107.597	4.788	1.404	-	(159)	-	113.630
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	68.227	-	533	-	-	-	68.760
Outros processos fiscais	6.971	-	73	(266)	(226)	-	6.552
Processos ambientais	5.810	436	5	(551)	-	-	5.700
Acordo Eletrobras	1.600.581	-	28.150	-	-	-	1.628.731
Outros processos	10.701	-	-	-	-	-	10.701
Total	2.485.945	49.410	45.746	(22.616)	(21.296)	-	2.537.189
Circulante	520.852						549.669
Não circulante	1.965.093						1.987.520
Total	2.485.945						2.537.189

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

- a) Processos trabalhistas: A Companhia está envolvida em 4.175 processos, sendo 3.675 processos demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 20 processos de natureza previdenciária e 480 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum (4.320 processos, sendo 3.801 de natureza trabalhista demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 20 processos de natureza previdenciária e 550 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum em 31 de dezembro de 2018) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 892 processos (876 em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2019 e 2025.
- b) Processos cíveis:
- b.1) Outros processos cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de março de 2019, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 121.475 (R\$ 115.996 em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2021.

Os referidos processos judiciais cíveis envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

- c) Processos regulatórios:
- c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

AI nº 014/2015 - Em 31 de julho de 2018, a ANEEL manteve a penalidade de multa referente aos indicadores de continuidade individuais e coletivos do ano de 2014, no entanto após análise dos recursos apresentados pela Companhia, o valor original da penalidade foi reduzido para R\$ 21.898. Em 13 de agosto de 2018 foi ajuizada ação pela Companhia contra a ANEEL buscando suspender os efeitos de tal penalidade. Em 15 de agosto de 2018 foi concedida liminar para suspender a exigibilidade da multa cobrada. Contra essa decisão, a ANEEL recorreu e ainda não houve julgamento. Em 21 de agosto de 2018, a Companhia opôs Embargos de Declaração para que a liminar fosse complementada para também constar a suspensão de determinações decorrentes do auto de infração e não somente a multa, os quais foram rejeitados pela necessidade de complementação da garantia. A garantia foi complementada e, em 13 de novembro de 2018 a Companhia opôs novos Embargos de Declaração. Em 14 de fevereiro de 2019 foi proferida decisão acolhendo os Embargos Declaratórios opostos pela Companhia, a fim de suspender a exigibilidade das determinações acessórias do Auto de Infração. Em 27 de fevereiro de 2019 a Aneel interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão que estendeu a liminar. O processo tramita em primeira instância ainda sem decisão de mérito. Dessa forma, o saldo provisionado em 31 de março 2019, perfaz o total de R\$ 3.184 sendo que R\$ 30.471 estão classificados como probabilidade de perda possível. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que esse processo será concluído até 2023.

AI nº 001/2016 - Em 24 de julho de 2018, a ANEEL manteve a penalidade de multa referente aos indicadores de continuidade individuais e coletivos do ano de 2013, no entanto após análise dos recursos apresentados pela Companhia, o valor original da penalidade foi reduzido de R\$ 45.729 para R\$ 43.806. Em 6 de agosto de 2018, foi ajuizada ação pela Companhia contra a ANEEL buscando suspender os efeitos de tal penalidade. Em 7 de agosto de 2018 foi concedida liminar em favor da Companhia, para que a ANEEL não cobre nem insira a Companhia no rol do cadastro de inadimplentes enquanto a questão estiver sendo discutida no Judiciário. Em 14 de agosto de 2018, a Companhia apresentou embargos de declaração com o objetivo de ver expressamente estendida a liminar, também para as determinações decorrentes das não conformidades fixadas pela ANEEL. Em 26 de fevereiro de 2019 foi reconhecido que a suspensão da exigibilidade da multa afeta todos os efeitos dela decorrentes, inclusive as determinações. Em 12 de março de 2019 a ANEEL opôs Embargos de Declaração questionando novamente a insuficiência da garantia apresentada, contra o qual a Companhia apresentou sua impugnação em 02 de abril de 2019. O processo tramita em primeira instância ainda sem decisão de mérito. O saldo provisionado em 31 de março 2019 é de R\$ 15.011, sendo que R\$ 50.877 estão classificados como probabilidade de perda possível. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2023.

- d) Acordo Eletrobras: Em 4 de outubro de 2017, a Companhia iniciou o processo de mediação junto a Eletrobras visando estabelecer critérios para negociar as bases para um acordo a fim de encerrar uma longa disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais.

Depois da finalização de um processo de mediação e obtenção da aprovação dos Conselhos de Administração de ambas as companhias, a Companhia celebrou, em 9 de março de 2018, um acordo com a Eletrobras, e com os advogados por ela indicados, visando encerrar a discussão quanto ao pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo ECF-1046/86 (Acordo). A celebração do Acordo ocorreu antes da divulgação das demonstrações contábeis anuais de 2017 e evidenciou uma condição que já existia no exercício, uma vez que o processo judicial que deu origem ao mesmo era reconhecido e divulgado pela Companhia como um passivo contingente. Devido a probabilidade de desembolso de caixa do referido acordo ter se tornado provável, os impactos do mesmo foram registrados como provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com base nos termos do Acordo, a Companhia irá desembolsar o valor de R\$ 1.500.000, definido pelas partes no âmbito do processo de mediação, da seguinte forma: R\$ 1.400.000 em favor da Eletrobras e R\$ 100.000 em favor dos advogados indicados pela Eletrobras, relativamente a honorários de sucumbência.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor a ser pago à Eletrobras será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de R\$ 250.000 a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$ 300.000, sendo que a primeira deverá ocorrer 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente;
- Pagamento da última parcela de R\$ 250.000, 48 meses após o pagamento da primeira parcela.

O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de 50% após o trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último; e
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores a serem pagos à Eletrobras e aos advogados estão sendo atualizados a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela e perfazem o montante atualizado até 31 de março de 2019 de R\$1.628.731.

Em 15 de março de 2018, a Companhia protocolou petições ao juízo de 1ª instância informando que as partes chegaram a um acordo com o objetivo de quitar o débito oriundo do Contrato ECF 1046/86, bem como os honorários dos advogados da Eletrobras, e requereu a homologação dos acordos celebrados com a consequente extinção da ação.

Entre os dias 18 e 28 de março de 2018, foram juntadas petições apresentadas por 9 ex-advogados da Eletrobras (ou espólio dos mesmos), os quais não fizeram parte do acordo e questionaram, por isso, o acordo de honorários e o critério de rateio.

Em 23 de março de 2018, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") apresentou petição informando que não se opõe à homologação do acordo entabulado pelas partes, mas requereu o prosseguimento da ação para que seja declarado que ela não é a responsável pela dívida, ou seja, discordou do pedido de extinção do processo em relação a ela bem como requereu a condenação da Companhia em honorários de sucumbência de 10% a 20% do valor envolvido na liquidação.

Em 5 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição requerendo que seja proferida sentença parcial homologatória do acordo firmado entre Eletrobras e a Companhia, concordando com o pedido da CTEEP de prosseguimento da ação e, por fim, requerendo a intimação da CTEEP para informar se concorda com a substituição do polo ativo da ação figurando a Companhia como autora contra a CTEEP para discussão do direito de regresso. Ainda na mesma data, a Companhia e a Associação de Advogados da Eletrobras apresentaram petição concordando que os advogados que comprovadamente atuaram no processo sejam incluídos no rateio de honorários, mas impugnando a inclusão dos que apenas constaram na procuração.

Em 6 de abril de 2018 a Eletrobras apresentou manifestação no mesmo sentido.

Em 9 de abril de 2018 foi proferida decisão: (i) homologando tão e somente o valor do acordo firmado pela Companhia e a Eletrobras; (ii) excluindo a CTEEP do feito; (iii) determinando a suspensão do processo até que se cumpra integralmente o acordo; e, (iv) determinando que os advogados que não tiveram a concordância de participação no rateio do acordo de honorários, que formulem o pedido em ação autônoma.

Em 10 de abril de 2018, foi juntada aos autos petição de mais um ex-advogado da Eletrobras que não fez parte do acordo, impugnando a homologação da transação, passando para 10 o número de ex-advogados da Eletrobras que peticionaram nos autos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação a 6 destes 10 ex-advogados da Eletrobras, uma vez que estes comprovaram a sua participação no feito, as partes concordaram em integrá-los ao acordo de honorários, nas mesmas condições já previstas na avença.

Com relação aos outros 4 ex-advogados da Eletrobras, os quais não comprovaram a prática de atos processuais no feito, em 27 de abril de 2018, estes, em conjunto, interpuseram agravo de instrumento contra a decisão proferida em 9 de abril de 2018, requerendo que o direito ao recebimento aos honorários seja discutido nos próprios autos e não pela via autônoma. O pedido de efeito suspensivo formulado no recurso foi indeferido em 21 de maio de 2018.

A Companhia, em conjunto com a Eletrobras e a Associação dos Advogados da Eletrobras, em 8 de maio de 2018, apresentou embargos de declaração visando esclarecer omissões e erros materiais constantes da decisão para: (i) homologar integralmente ambos os acordos (com Eletrobras e com os advogados) e não apenas o valor; (ii) excluir a Eletrobras do feito, uma vez que esta terá seu direito satisfeito com o cumprimento do acordo principal, autorizando que a Companhia a suceda no polo ativo da demanda; e (iii) seja mantida a CTEEP no polo passivo da liquidação de sentença, a qual prosseguirá apenas entre ela e a Companhia, para que seja definida a responsabilidade pela dívida originária.

Na mesma data, a CTEEP também apresentou embargos de declaração, requerendo que fosse analisado o pedido de condenação ao pagamento de honorários advocatícios em seu favor.

A Companhia apresentou resposta aos embargos opostos pela CTEEP no dia 7 de junho de 2018, em suma argumentando que: (i) é descabida a condenação da Companhia ao pagamento de honorários de sucumbência à CTEEP, já que ambas são rés, não havendo sucumbência entre duas partes integrantes do mesmo polo; (ii) o acordo firmado não coloca fim à discussão quanto à responsabilidade pela dívida; e (iii) a ação deverá prosseguir entre a Companhia e a CTEEP, para apuração da responsabilidade sobre a dívida objeto da presente liquidação.

Em 31 de julho de 2018 foi negado o recurso em 2ª instância dos 4 Ex-advogados da Eletrobras, confirmando-se a decisão de 21 de maio de 2018 que havia negado efeito suspensivo ao recurso.

Em 30 de agosto de 2018, foi proferida decisão negando provimento aos embargos de declaração opostos pela CTEEP e Ex-advogados da Eletrobras. Em 3 de setembro de 2018 foram apresentados novos recursos (embargos de declaração) por 2 ex-advogados da Eletrobras, em razão de omissão da Juíza ao deixar de incluí-los na repartição da verba de sucumbência. Em 5 de setembro de 2018, foram opostos novos embargos de declaração pela CTEEP, reiterando o requerimento de apreciação do pedido de fixação de honorários de sucumbência aos seus patronos.

Em 17 de setembro de 2018 foram rejeitados todos os recursos (embargos de declaração) opostos pelas partes (CTEEP, Ex-advogados da Eletrobras e, conjuntamente, Companhia, Eletrobras, Associação dos Advogados da Eletrobras), sob o argumento de que os pontos que supostamente necessitariam de esclarecimentos devem ser objeto de recurso ao Tribunal de Justiça, eis que visam a reforma da decisão antes proferida, tendo expressamente sido rejeitado o pedido de honorários de sucumbência em favor dos advogados da CTEEP.

Em 26 de setembro de 2018, um dos ex-advogados da Eletrobras apresentou recurso de apelação impugnando a homologação do acordo de honorários.

Em 25 de outubro de 2018 a CTEEP e a Companhia apresentaram recurso (agravo de instrumento), reiterando o pedido dos embargos de declaração. Em 22 de novembro de 2018 a Eletrobras apresentou contrarrazões não se opondo à homologação mais clara, mas argumentando que o acordo está integralmente homologado, que o recurso da Companhia é desnecessário e teria finalidade de procrastinar sua obrigação de pagamento. Em 26 de novembro de 2018 a CTEEP apresentou contrarrazões alegando que não cabe a sub-rogação e direito de regresso pela Companhia.

Em 12 de fevereiro de 2019, foi realizado o julgamento dos recursos pelo Tribunal de Justiça – RJ, que decidiu pela (i) homologação integral dos acordos; (ii) manutenção da exclusão da CTEEP do processo,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

remetendo à via autônoma a discussão entre Companhia e CTEEP relativa à responsabilidade pela dívida originária (direito de regresso); e (iii) condenação da Eletrobras ao pagamento de honorários de sucumbência aos advogados da CTEEP, fixados em 1% sobre o valor do acordo.

Em 13 de março de 2019, foi publicado o acórdão da decisão que homologou os acordos.

No tocante ao recurso interposto originariamente pela CTEEP em 20 de março de 2019, a empresa de transmissão apresentou embargos de declaração requerendo a majoração da condenação da Eletrobras nos honorários de sucumbência. Nesta mesma data, a Eletrobras apresentou embargos declaratórios requerendo a reforma da decisão que a condenou ao pagamento de honorários de sucumbência, alegando que somente a Companhia poderia ser condenada a tal verba.

Com relação ao recurso originariamente interposto pela Companhia, o qual versava a homologação dos acordos, atualmente aguarda-se a certificação do trânsito em julgado do aludido acórdão, a fim de atender à última condição de eficácia pendente relativa ao acordo com a Eletrobras.

No que tange ao acordo de honorários firmado entre a Companhia e os Advogados da Eletrobras, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto em 26 de setembro de 2018 por um dos ex-advogados da Eletrobras, bem como o seu trânsito em julgado, para que se possa efetuar os pagamentos devidos sob tais acordos, bem como providenciar o direito de regresso a ser buscado contra a CTEEP, na forma decidida pelo Judiciário.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2019	31.12.2018
Processos cíveis (a)	402.217	354.032
Processos regulatórios (b)	1.315.421	1.316.868
Processos fiscais (c)	2.448.260	2.347.996
Processos trabalhistas (d)	1.013.756	1.019.172
Total	5.179.654	5.038.068

Os processos não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 18.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(a) Processos cíveis:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos cíveis, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2019	31.12.2018
(a) Processos cíveis:		
Ações Anulatórias – multas de trânsito	15.466	15.238
Autos de Infração – Fundação Procon – SP	40.803	40.361
(a.1) Multas posturais	131.462	86.428
Outros processos cíveis	214.486	212.005
	402.217	354.032
Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado

(a.1) Multas posturais:

Trata-se de execuções que exigem débitos de multas por supostas irregularidades relacionados à diversas atividades de operação da Concessionária realizadas nos Municípios envolvidos. Em uma dessas execuções, em 27 de março de 2019 houve provimento do recurso interposto pelo Município de Jandira perante o Tribunal de Justiça de São Paulo para julgar improcedentes os embargos à execução fiscal interpostos pela Companhia, alterando o prognóstico de perda de remoto para possível, no valor de R\$ 16.953 em 31 de março de 2019.

(b) Processos regulatórios:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos regulatórios, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

Processos regulatórios:	31.03.2019	31.12.2018
Devolução tarifária - Base Blindada	845.440	847.243
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	179.648	178.165
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	89.585	88.406
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	89.147	88.434
Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.197	64.347
Outros processos regulatórios	46.404	50.273
	1.315.421	1.316.868

(c) Processos fiscais:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos fiscais, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2019	31.12.2018
(c) Processos fiscais:		
CSLL – base negativa	149.196	148.283
Execuções fiscais municipais – diversas	85.560	85.727
PIS – Estatuto da decadência	239.342	238.461
COFINS – anistia	159.814	159.289
COFINS – Multa de Ofício	58.988	58.988
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	153.987	151.507
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	168.896	167.979
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	643.909	640.727
FINSOCIAL	218.548	216.913
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	153.112	151.813
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	109.565	107.936
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	121.115	118.617
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	43.617	42.749
(c.1) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	78.676	-
Outros processos fiscais	63.935	59.007
	2.448.260	2.347.996

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c.1) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos

Trata-se de 2 autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e de COFINS por suposto recolhimento a menor nos anos de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. A Companhia contesta as referidas autuações em processos administrativos que se encontram em diferentes estágios. Quanto à segunda autuação, recebida em 22 de janeiro de 2019, a Companhia apresentou defesa contra ela que aguarda julgamento em 1ª instância administrativa. O valor total envolvido em 31 de março de 2019 é de R\$ 78.676 (R\$18.840 em 31 de dezembro de 2018).

(d) Processos trabalhistas:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos trabalhistas, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

(d) Processos trabalhistas:**(d.1)** Ação Civil Pública – Terceirização**(d.2)** Ações de periculosidade - Sede barueri

Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais

Contribuição Previdenciária – SAT

Outros processos trabalhistas

Valor estimado da contingência	
31.03.2019	31.12.2018
Não determinado	Não determinado
112.121	109.611
94.028	93.458
52.613	52.430
42.933	42.816
707.061	720.857
1.008.756	1.019.172

(d.1) Ação civil pública - Terceirização

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos). A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia verificou que foi negado o pedido liminar realizado pelo MPT. Em 28 de setembro de 2018 foi realizada audiência de instrução para oitiva das testemunhas. Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª. Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressará com recursos judiciais cabíveis para esclarecimentos quanto à definição do início do prazo acima mencionado, empregados terceirizados que poderão ser impactados com esta decisão, bem como para reforma da decisão em 2ª. instância.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri

Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). A Companhia foi cientificada de 4 ações em março de 2017 e a última ação em abril de 2017. Todas as ações foram unificadas para serem julgadas pelo mesmo juiz. Todos os processos se encontram em fase inicial para produção de provas. No primeiro trimestre de 2018, foi realizada inspeção judicial com a participação da Juíza, peritos judiciais e assistentes técnicos e foram emitidos dois laudos periciais (um favorável e outro desfavorável) ao pagamento do adicional de periculosidade, sobre os quais a Companhia se manifestou no prazo legal. Em 8 de março de 2019 foi realizada instrução processual e o julgamento marcado para 25 de abril de 2019.

Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia, o risco de condenação na ação é possível. Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de março de 2019 de R\$ 112.121 (R\$ 109.611 em 31 de dezembro de 2018), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	56	2.183.556	1,00% a 3,25%
Cível	51	365.516	0,20% a 3,35%
Trabalhista	89	197.391	0,20% a 3,25%
Regulatório	11	280.431	0,20% a 3,25%

20. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	31.03.2019	31.12.2018
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	82.187	105.328
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	2.233	2.036
Ministério de Minas e Energia	1.117	1.018
Eficiência energética	189.805	183.814
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	111.315	111.315
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.144	1.144
Outros encargos	33	33
Total	387.834	404.688
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	69.690	38.689
Total	69.690	38.689

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outras obrigações

	31.03.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão	52.829	51.620
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	142.800	123.936
Outras devoluções a consumidores	56.536	58.078
Repasse a terceiros	15.195	13.788
Caução - retenção contratual de fornecedores	365	362
Receita diferida	2.581	2.580
Outras	7.054	5.555
Total	277.360	255.919
NÃO CIRCULANTE		
Caução - retenção contratual de fornecedores	9.717	9.297
Receita diferida	9.460	10.105
Outras	408	400
Total	19.585	19.802

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital social autorizado.

Em 31 de março de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.823.486 (R\$ 2.823.486 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 200.515.051 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

22.2 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria originadas por 359 acionistas titulares que não compareceram à Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas de 12 de setembro de 2017, se abstiveram de votar ou não aprovaram a migração da Companhia para o Novo Mercado, e optaram pelo exercício do direito de retirada. O exercício de direito de retirada originou 3.058.154 ações preferenciais, correspondentes a 2,7% das ações preferenciais.

22.3 Composição acionária:

		31.03.2019		31.12.2018	
		Ordinárias		Ordinárias	
Acionistas:	Nota	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil Investimentos Sudeste S.A		189.323.545	94,42	189.323.545	94,4
BNDESPar		-	-	-	-
AES Holdings Brasil Ltda.		-	-	-	-
União Federal		-	-	-	-
GWl Asset Management S.A.		-	-	-	-
Outros		8.133.352	4,06	8.133.352	4,06
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas		197.456.897	98,48	197.456.897	98,48
Ações em tesouraria	22.2	3.058.154	1,52	3.058.154	1,52
Total das ações ordinárias		200.515.051	100,00	200.515.051	100,00

22.4 Reservas de capital

Informações detalhadas sobre as reservas de capital podem ser observadas na nota explicativa nº 21.4 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.5 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007 e pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	31.03.2019	31.12.2018
Ajuste de avaliação patrimonial		1.327.707	1.356.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(451.421)	(461.103)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		876.286	895.079
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(2.537.025)	(2.537.025)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		(3.256)	(3.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	863.696	863.696
Outros resultados abrangentes, líquido		(1.676.585)	(1.676.585)
Total registrado no patrimônio líquido		(800.299)	(781.506)

23. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o período comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro/prejuízo líquido do período) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o lucro e prejuízo básico por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018:

	31.03.2019	31.03.2018
Numerador:		
Lucro (prejuízo) líquido do período	69.051	(5.437)
Denominador (em milhares de ações):		
número de ações ordinárias	197.457	164.286
Lucro (prejuízo) básico por ação (em Reais - R\$)	0,34970	(0,03309)

Como não ocorreram movimentações de ações nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, para cálculo do denominador, foi considerado o número de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria durante os períodos.

23.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação – diluído

A Companhia possui reserva especial de ágio no montante de R\$ 670.897, que poderá ser capitalizada a favor dos seus acionistas.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão sejam atendidas. Dessa forma, o número aproximado de potenciais ações consideradas diluidoras é de 19.446 mil (R\$ 34,50 por ação em 31 de março de 2019).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O lucro diluído por ação para o trimestre findo em 31 de março de 2019 está apresentado na tabela a seguir:

Numerador:	31.03.2019
Lucro líquido do período	69.051
Denominador (em milhares de ações):	
Média ponderada do número de ações ordinárias	216.903
Lucro diluído por ação (em Reais - R\$)	0,31835

Para o trimestre findo em 31 de março de 2018, o resultado por ação diluído é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 5.437 e, dessa forma, as potenciais ações que poderiam ter efeito diluidor, foram consideradas não dilutivas.

24. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	31.03.2019			31.03.2018		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.795.158	4.220.265	2.714.884	6.756.603	3.996.555	2.252.695
Industrial	25.964	733.342	427.602	26.994	750.278	389.776
Comercial	403.599	2.880.745	1.730.974	403.018	2.681.008	1.430.734
Rural	564	8.344	2.135	498	7.667	1.731
Poder público	15.863	310.775	164.340	16.039	293.948	137.769
Iluminação pública	1.146	197.048	69.669	2.244	195.228	59.431
Serviço público	1.366	119.211	59.018	1.307	118.881	51.166
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.123.296)	-	-	(1.729.088)
Subtotal - fornecimento	7.243.660	8.469.730	3.045.326	7.206.703	8.043.565	2.594.214
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(80.769)	-	-	37.617
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.123.296	-	-	1.729.088
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	1.352	2.703.041	329.701	1.232	2.655.881	236.566
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(17.683)	-	-	(15.473)
Energia no curto prazo	12.1	118.484	(64.698)	-	219.681	(919)
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	24.1	-	16.766	-	-	-
Receita de construção	-	-	198.605	-	-	268.554
Aluguel de poste	-	-	34.060	-	-	32.816
Receitas com partes relacionadas	29.1.1	-	288	-	-	-
Receitas com partes relacionadas	29.1.2	-	-	-	-	581
Outras receitas	-	-	5.413	-	-	5.630
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.245.012	11.291.255	5.590.305	7.207.935	10.919.127	4.888.674
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	89.381	-	-	88.937
Ativo e passivo financeiro setorial	12	-	92.184	-	-	195.409
Atualização do ativo financeiro da concessão	11.2	-	50.166	-	-	31.798
Total outras receitas	-	-	231.731	-	-	316.144
Receita operacional bruta	7.245.012	11.291.255	5.822.036	7.207.935	10.919.127	5.204.818
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(32.052)	-	-	(28.930)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(733.719)	-	-	(634.641)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(21.924)	-	-	(20.494)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(141)	-	-	(581)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(3.433)	-	-	(3.150)
ICMS	-	-	(1.039.205)	-	-	(864.732)
COFINS - corrente	-	-	(430.270)	-	-	(370.140)
PIS - corrente	-	-	(93.330)	-	-	(80.209)
ISS	-	-	(47)	-	-	(49)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.354.121)	-	-	(2.002.926)
Receita operacional líquida	7.245.012	11.291.255	3.467.915	7.207.935	10.919.127	3.201.892

24.1 O Mecanismos de Venda de Excedentes (MVE) propicia que as distribuidoras comercializem excedentes de energia e, em caso de vendas relacionadas a montantes do limite regulatório ou da sobrecontratação involuntária, que parte do benefício auferido seja revertido em favor do consumidor no processo de reajuste tarifário. Os agentes de distribuição com sobras contratuais de energia elétrica podem atuar como vendedores no MVE, e como compradores os consumidores livres, consumidores especiais, agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, os comercializadores e os agentes de autoprodução que estejam adimplentes na CCEE no momento da declaração de intenção de compra.

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia registrou os seguintes valores:

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasso à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Custo coberto pelas bandeiras tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)
2018	753.022	-	(26.582)	111.538	837.978
2019	141	-	-	14.407	14.548

A Companhia apresenta a seguir o comparativo dos custos incorridos com a respectiva cobertura das bandeiras tarifárias:

	Custo total a ser coberto pela Bandeira Tarifária	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)	Saldo coberto (devolvido) no Processo Tarifário	Saldo da CCRBT
Acumulado até dezembro/2016	(1.746.410)	1.688.441	(186.745)	(244.714)
Exercício de 2017	(1.378.629)	911.852	116.034	(350.743)
Exercício de 2018	(937.632)	837.978	568.711	469.057
Exercício de 2019	(219.898)	14.548	-	(205.350)
Total	(4.282.569)	3.452.819	498.000	(331.750)

A Companhia retém o déficit da CCRBT no montante de R\$ 331.750, referente às competências de abril de 2018 a março de 2019, ocasionado principalmente pelos custos com compra de energia (basicamente risco hidrológico de quotas e Itaipu). Vale ressaltar que este montante está contemplado no saldo da CVA de custo de aquisição de energia em constituição em 31 de março de 2019 - nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custo do serviço de energia elétrica

				Reapresentado	
		MWh		R\$	
	Nota	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu		2.106.900	2.154.453	(507.832)	(439.729)
ANGRA 1 e 2		396.995	402.427	(101.032)	(99.362)
Compra - CCEE	12.1	332.781	17.986	(272.784)	(51.672)
Compra - CCEAR		4.433.642	4.606.871	(1.028.112)	(919.436)
Quotas de garantia física - Partes relacionadas	29.1.1	86.576	-	(16.193)	-
Quotas de garantia física		2.425.100	2.501.042	(226.749)	(195.741)
Risco hidrológico		-	-	(65.745)	(58.720)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	43.082	24.514
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	192.880	160.015
Subtotal		9.781.994	9.682.779	(1.982.485)	(1.580.131)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		184.877	189.567	(75.096)	(64.066)
Total		9.966.871	9.872.346	(2.057.581)	(1.644.197)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

	Nota	31.03.2019	31.03.2018
Uso da rede básica		(338.832)	(368.797)
Uso da rede básica - partes relacionadas	29.1.1	(4.860)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(49.274)	(85.512)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	25.1	71.782	10.098
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(51.600)	(48.859)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(10.108)	(11.469)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(2.392)	(2.704)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(23.780)	(20.022)
(-) Créditos de PIS/COFINS		44.785	55.631
Total		(364.279)	(471.634)

25.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	31.03.2019	31.03.2018
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		2.105	421
Arrendamentos e aluguéis		(4.323)	(8.152)
Seguros		(1.076)	(1.382)
Tributos		(12.183)	(12.089)
Doações, contribuições e patrocínios		(875)	(1.172)
Tarifa bancária		(15.550)	(13.297)
Publicidade		(156)	(589)
Responsabilidade social		-	(110)
Perdas na desativação de bens e direitos		(3.866)	(15.605)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(6.590)	(4.988)
Baixa do ativo financeiro da concessão	11.2	(3.769)	(2.143)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(3.199)	(3.140)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		30.266	26.100
Penalidades - devoluções a consumidores		(878)	(470)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(1.572)	-
Outros		(697)	(2.406)
Total		(22.363)	(39.022)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

		Reapresentado	
	Nota	31.03.2019	31.03.2018
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		10.862	6.259
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	16.244	21.827
Subvenções governamentais		1.087	1.285
Atualização de créditos tributários	8.1	21.082	104
Atualização monetária dos depósitos judiciais		6.600	3.631
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	12	13.827	-
Outras receitas financeiras - partes relacionadas	29.1.2	-	74
Outras receitas financeiras		5.304	7.979
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(2.845)	-
Subtotal		72.161	41.159
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional		(68.751)	(89.451)
Encargo de dívidas - mútuo - partes relacionadas	29.1.1	(6.761)	-
Juros sobre obrigações de arrendamento financeiro	16.3	(6.732)	(3.777)
Subvenções governamentais		(1.087)	(1.285)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(3.441)	(1.915)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso	11.1	1.933	2.031
Cartas de fiança e seguros garantia		(12.149)	(12.908)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(22.729)	(18.650)
Atualização monetária - energia livre		(1.692)	(1.672)
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial líquido	12	-	(5.070)
Atualização acordo Eletrobras	19.1 / d	(28.150)	(17.275)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	17.1/17.2	(81.037)	(87.486)
Outras despesas financeiras		(5.334)	(6.931)
Subtotal		(235.930)	(244.389)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais		38	52
Subtotal		38	52
Total do resultado financeiro		(163.731)	(203.178)

- 27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Nota	31.03.2019		Reapresentado 31.03.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	22.287	-	-	-
Diferidos	(20.852)	(7.507)	(1.298)	(467)
Total	1.435	(7.507)	(1.298)	(467)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	75.123	75.123	(3.672)	(3.672)
Adições:				
Doações	23	23	388	388
Gratificação a administradores	275	275	1.112	1.112
Perdas indedutíveis no contas a receber	6.764	6.764	5.568	5.568
Perdas na baixa de bens e direitos	922	922	226	226
Multas indedutíveis	164	164	1.162	1.162
Despesas indedutíveis	-	-	-	-
Salário maternidade e paternidade	140	140	217	217
Outros	-	-	190	190
Total das adições	8.288	8.288	8.863	8.863
Base de cálculo	83.411	83.411	5.191	5.191
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(20.852)	(7.507)	(1.298)	(467)
Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar	22.287	-	-	-
Total da despesa com tributos	1.435	(7.507)	(1.298)	(467)
Alíquota efetiva	-1,9%	10,0%	-35,3%	-12,7%

29. Partes relacionadas

A Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por analisar e opinar sobre a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com partes relacionadas, cujo intuito é o de zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia.

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

A Enel Sudeste passou a deter o controle da Companhia desde 7 de junho de 2018, quando então as transações envolvendo empresas controladas direta e indiretamente pela Enel S.p.A. (sediada na Itália), passaram a ser tratadas como transações entre partes relacionadas. As referidas transações estão apresentadas na nota explicativa nº 29.1.1.

A AES Holdings Brasil Ltda. foi a controladora da Companhia até 27 de novembro de 2017, momento que ocorreu a migração da Companhia para o Novo Mercado (nota explicativa nº 1.1 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Contudo, mesmo após a migração, a AES Holding Brasil exerceu influência significativa sobre a Companhia, e devido a isso, as transações comerciais realizadas com empresas controladas direta ou indiretamente por ela, permaneceram sendo consideradas transações entre partes relacionadas até a alienação de 100% das suas ações em 7 de junho de 2018, após leilão realizado no dia 4 de junho de 2018. Dessa forma, as transações referentes às partes relacionadas com AES Holdings até 6 de junho de 2018 estão apresentadas na nota explicativa nº 29.1.2.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29.1.1 Partes relacionadas – a partir de 7 de junho de 2018:

Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita
				31.03.2019	31.12.2018	01.01.2019 a 31.03.2019
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Controle comum	Conforme demanda	95	94	288
Ressarcimento Onus de acordos bilaterais	Centrais elétricas de Cachoeira Dourada	Controle comum	R\$ 4.194	-	618	-
Total outros créditos - nota explicativa nº 10:				95	712	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 24:				-	-	288

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa
				31.03.2019	31.12.2018	01.01.2019 a 31.03.2019
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Parapanema S.A.	Controle comum	R\$ 9.153	290	290	(822)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	R\$ 2.622	78	78	(231)
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum	R\$ 64.072	1.935	1.935	(5.989)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	R\$ 968	136	-	(242)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	R\$ 13.120	1.166	-	(3.280)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 5.456	753	-	(1.364)
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III)	Controle comum	R\$ 10.920	1.507	-	(2.730)
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	R\$ 648	91	-	(162)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.028	282	-	(507)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 1.872	261	-	(468)
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.	Controle comum	R\$ 1.592	225	-	(398)
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Controle comum	R\$ 4.860	1.619	1.587	(4.860)
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Controle comum	R\$ 427.634	427.634	420.873	(6.761)
Compartilhamento de recursos humanos	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum	R\$ 162.000 ano ano	110	-	(110)
	ENEL CIEN S.A.	Controle comum	R\$ 162.000 ano ano	60	-	(60)
	CELG Distribuição S.A.	Controle comum	R\$ 162.000 ano ano	2.595	-	(2.595)
	Enel Brasil	Controle comum	R\$ 162.000 ano ano	390	-	(390)
	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum	R\$ 162.000 ano ano	22	-	(22)
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum	R\$ 162.000 ano ano	59	-	(59)
Fornecedores - nota explicativa nº 13:				11.579	3.890	-
Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 25:				-	-	(21.053)
Empréstimos e financiamentos - nota 15.1:				427.634	420.873	(6.761)
Pessoal e administradores				-	-	(3.236)

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2019.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o trimestre findo em 31 de março de 2019.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29.1.2 Partes relacionadas – Até 6 de junho de 2018:

Receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Receita
		01.01.2018 a 31.03.2018
Aluguel Sublocação (parte imóvel comercial)	AES Holding Brasil Ltda.	1
	AES Tietê Energia S.A.	308
	Brasiliara Participações S.A. (AES)	1
	AES Serviços TC Ltda.	35
	AES Elpa S.A.	1
Comissão (Propaganda/publicidade/ venda em fatura de energia)	AES Brasil Ltda.	4
	Southern Electric Brasil Particip. Ltda (AES)	1
	AES Serviços TC Ltda.	230
Ressarcimento Ônus de acordos bilaterais	AES Tietê Energia S.A.	74
Total receita operacional - nota explicativa nº 24:		581
Total receita financeira - nota explicativa nº 27:		74

Despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Despesa
		01.01.2018 a 31.03.2018
Prestação de serviços	Substituição de postes	(402)
	Atendimento de lojas	(6.332)
	Corte/religa	(1.761)
	Poda de árvores	(841)
	Manutenção	(1.739)
	Técnicos e comerciais - baixa renda	(1.992)
	Projeto Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(95)
Serviços de terceiros:		(13.162)

29.1.3 Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Despesa	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.03.2018
Plano de previdência	FUNCESP	3.769.515	3.799.825	(84.283)	(91.995)
Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 17.1:		3.769.515	3.799.825	(84.283)	(91.995)

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, a provisão para remuneração (regime de competência), foi como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição:

Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	2.522	3.516
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	51	98
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	80	153
Remuneração baseada em ações	-	117
Total	2.653	3.884

31.03.2019	31.03.2018
2.522	3.516
51	98
80	153
-	117
2.653	3.884

30. Seguros

Em 31 de março de 2019, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Nota	Período de vigência		Importância segurada
		de	até	
Riscos operacionais		31-dez-2017	1-jul-2019	R\$ 131.446
Vida em grupo		1-jan-2019	1-jan-2020	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral		1-abr-2019	30-out-2019	R\$ 74102
Responsabilidade civil de administradores - D&O	30.1	10-nov-2018	10-nov-2019	R\$ 56.239
Riscos ambientais		1-abr-2019	31-out-2019	R\$ 41.959
Frota de veículos - RCF		1-abr-2019	29-mai-2019	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

- 30.1 A Enel Sudeste detém o controle da Companhia desde 7 de junho de 2018, dessa forma a Companhia foi incluída na apólice global da Enel Brasil S.A no seguro de responsabilidade civil de administradores.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		31.03.2019		31.12.2018		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.554.307	1.554.307	936.678	936.678	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	751	751	861	861	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4	3.300	3.300	3.895	3.895	Valor Justo por meio de Resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	2.377.534	2.377.534	2.348.632	2.348.632	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	226.593	226.593	203.313	203.313	Custo amortizado
Outros créditos - alienação de bens e direitos	10	16.381	16.381	16.987	16.987	Custo amortizado
Outros créditos - aluguel de poste	10	18.852	18.852	17.534	17.534	Custo amortizado
Outros créditos - cobrança contratual - empreiteiras	10	9.655	9.655	11.874	11.874	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	19	546.562	546.562	539.358	539.358	Custo amortizado
Ativo contratual	11.1	456.782	456.782	634.918	634.918	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	11.2	4.033.672	4.033.672	3.795.279	3.795.279	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial	12	2.603.195	2.603.195	2.645.791	2.645.791	Custo amortizado
Total		11.847.584	11.847.584	11.155.120	11.155.120	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	13	1.925.580	1.925.580	1.625.422	1.625.422	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.531.357	4.558.311	4.066.332	3.491.556	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	16	204.485	204.485	78.856	78.856	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11.2	358	358	358	358	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	12	1.907.078	1.907.078	2.031.349	2.031.349	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		8.568.858	8.595.812	7.802.317	7.227.541	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundos de investimento. CDBs e operações compromissadas sob as rubricas de (i) caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal, (ii) investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais e operações compromissadas.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

Mensuração.

	31.03.2019				31.12.2018			
Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	751	-	751	-	861	-	-	
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	3.300	-	3.300	-	3.895	-	3.895	
Ativo financeiro da concessão	4.033.672	-	4.033.672	-	3.795.279	-	3.795.279	
Total	4.037.723	-	4.037.723	-	3.800.035	-	3.800.035	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos a seguir poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*, conforme descritas a seguir.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

A área de Gestão de Riscos é liderada pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com os Investidores, responsável por acompanhar o modelo de gestão de riscos e assegurar que seja executado conforme metodologia predefinida, assegurar diretrizes e metas, e garantir que os recursos necessários sejam alocados para o bom funcionamento da área.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos, analisar o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange a gestão de riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir responsáveis pelos riscos e gestores das causas dos riscos nas áreas de negócio.

O Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre as questões estratégicas de gestão de riscos, incluindo aprovar e avaliar a Política de Gestão de Riscos e o modelo de gestão de riscos adotados. Trimestralmente, os riscos prioritários são levados a reuniões de conselho de administração, conselho fiscal e bimestralmente ao comitê de auditoria.

A Diretoria Executiva deve assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

O Comitê Executivo de Riscos é composto pela Diretoria Executiva da Companhia, tendo como principal objetivo a supervisão e o monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos. As reuniões do Comitê Executivo de Riscos ocorrem bimestralmente, e nelas são avaliados e validados os modelos de gestão de risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia, bem como a aprovação de metas e ações e a priorização de recursos para mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia avaliar e supervisionar a efetividade e suficiência do processo de gerenciamento de riscos empresariais relevantes e a conformidade da gestão para com as normas estabelecidas pela Companhia para assunção de riscos corporativos, bem como avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Ao Conselho Fiscal cabe acompanhar a avaliação dos riscos da Companhia, bem como discutir periodicamente com a Administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de Controles Internos atua também na gestão da política de alçadas, na gestão dos controles de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria externa para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinentes. A área de Controles Internos acompanha a implementação dos planos de ação e, posteriormente, informa ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal o resultado dos mesmos.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia entender e avaliar o ambiente de controles internos, supervisionar a área de Controles Internos e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos sobre as demonstrações financeiras, apresentando as recomendações e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias.

Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua na avaliação dos processos e controles relacionados aos segmentos operacional (infraestrutura e redes), comercial (mercado), administrativo, compras e de tecnologia da informação. A Diretoria de Auditoria Interna avalia a eficiência dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, dos controles associados às demonstrações contábeis, bem como dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controles e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos quando possuem impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria e pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados periodicamente aos Diretores, Vice-Presidentes, Comitê de Auditoria, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Ao Comitê de Auditoria da Companhia compete supervisionar as atividades da Auditoria Interna, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como o planejamento, a qualidade e integridade dos processos de Auditoria Interna (qualidade dos trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados).

A eficácia dos controles-chaves implementados pela Companhia para garantir a conformidade das Demonstrações Contábeis é testada de acordo com o plano de auditoria definido. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

A Auditoria Interna possui uma política interna, que descreve as responsabilidades e principais atividades da área de auditoria, incluindo documentos gerados, comunicação com responsáveis, divulgação dos relatórios, acompanhamento dos planos de ação, entre outros.

Adicionalmente, a Auditoria Interna também é responsável pela gestão do Programa de Compliance da Companhia, que tem como objetivo promover a obediência às políticas e diretrizes da empresa, bem como às leis e regulamentações vigentes e a ela aplicáveis, além de encorajar uma cultura organizacional pautada pela ética.

Os assuntos referentes ao Programa de Compliance são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria, que deve assegurar a efetividade do gerenciamento dos riscos da Companhia, a integridade

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e ética das suas práticas em conformidade com normas e regimentos, o funcionamento do Código de Ética, do Plano de Tolerância Zero com a Corrupção e Programa de Compliance Global do Grupo Enel.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem como principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos da Companhia, supervisionar as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos. Adicionalmente, monitora a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade de seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias. O Comitê de Auditoria é responsável por monitorar e controlar a qualidade das informações contábeis.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2019 é:

	Nota	31.03.2019
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.554.307
Investimentos de curto prazo	b.1.1	4.051
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.377.534
Contas a receber - acordos	b.1.2	226.593
Ativo financeiro setorial	b.1.3	2.603.195
Ativo contratual	b.1.3	456.782
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	4.033.672
Total da exposição		11.256.134

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa da Companhia: Aplicações de no máximo 20% do total da carteira da Companhia em instituições financeiras com PL inferior a R\$ 6.000.000 até 25% em instituições financeiras com PL superior a R\$ 6.000.000; (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL; todas as instituições financeiras deverão apresentar PL superior a R\$500.000. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. Desde 2017, a Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.2) **Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	Reapresentado	
	31.03.2019	31.12.2018
Empréstimos e financiamentos	997.340	493.369
Debêntures	3.534.017	3.572.963
Arrendamento financeiro	204.485	78.856
Caixa e equivalentes de caixa	(1.554.307)	(936.678)
Investimentos de curto prazo	(4.051)	(4.756)
Dívida líquida	3.177.484	3.203.754
Patrimônio líquido	2.950.031	2.880.980
Dívida líquida / Patrimônio líquido	107,71%	111,20%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2019, 25,3% era de curto prazo (17,1% em 31 de dezembro de 2018) e o prazo médio era de 3,59 anos (3,59 anos em 31 de dezembro de 2018).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de março de 2019	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.925.580	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.160	985.936	17.539	49.109	1.287
Debêntures	20.660	422.260	426.016	3.016.299	647.692
Arrendamento financeiro	26.456	45.862	51.646	57.114	23.407
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	358	-	-	-	-
Total	1.979.214	1.454.058	495.201	3.122.522	672.386

De acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, CDI, SELIC e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de março de 2019 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de março de 2019 é:

	31.03.2019
Equivalentes de caixa	1.435.011
Investimentos de curto prazo	4.051
Empréstimos e financiamentos	(564.908)
Debêntures	(3.563.977)
Total da exposição líquida	(2.689.823)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2019, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de março de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread (nota explicativa nº 15.2).

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.03.2019	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%
Equivalentes de caixa	CDI	1.435.011	48.503	72.612	96.863	121.115	145.367
Investimentos de curto prazo	CDI	4.051	137	205	273	342	410
Subtotal		1.439.062	48.640	72.817	97.136	121.457	145.777
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.03.2019	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI / SELIC			3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%
Debêntures - 14ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(553.855)	(27.309)	(36.753)	(46.254)	(55.754)	(65.255)
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(706.307)	(25.843)	(38.688)	(51.609)	(64.530)	(77.452)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.400.533)	(52.545)	(78.662)	(104.935)	(131.208)	(157.480)
Debêntures - 23ª Emissão (3ª série)	CDI+1,45%	(903.282)	(30.989)	(46.402)	(61.915)	(77.436)	(92.964)
Nota Promissória - 5ª emissão	104% do CDI	(501.795)	(17.639)	(26.406)	(35.226)	(44.046)	(52.865)
TJLP			3,52%	5,27%	7,03%	8,79%	10,55%
FINEP 2	TJLP+5,00	(63.113)	(5.488)	(6.648)	(7.814)	(8.981)	(10.147)
Subtotal		(4.128.885)	(159.813)	(233.559)	(307.753)	(381.955)	(456.163)
Total da exposição líquida		(2.689.823)	(111.173)	(160.742)	(210.617)	(260.498)	(310.386)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	31.03.2019		31.12.2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	105.151	409.741	121.987	472.676
Passivo líquido exposto	105.151	409.741	121.987	472.676

(b.4.3) Risco de preço**Reajuste tarifário de 2018**

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 3 de julho de 2018, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2018, aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2018. A ANEEL aprovou um reajuste de +16,40% composto por (i) reajuste econômico de +10,47%, sendo 8,63% de Parcela A e 1,84% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +5,93%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -0,56%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,84%.

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em 10,98%, representando 8,63% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais – aumento de 12,20%, representando 2,58% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 24,89% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
 - Energia comprada – aumento de 14,52%, decorre principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº12.783/2013) e de Itaipu. O aumento do custo da compra de energia representa 6,63% no reajuste econômico; e
 - Encargos de transmissão – redução de 4,87% decorrente principalmente da redução da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando -0,58% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em 8,62%, representando uma participação de 1,84% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IGP-M de 6,92%, no período de 12 meses findos em junho de 2018; e
 - Fator X de -1,70%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários desse ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,46%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 831.859, dentre os quais destaca-se: R\$ 1.139.509 referente aos itens de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$18.819, Sobrecontratação de R\$ 140.282 negativo, Devolução do Ajuste Tarifário de Angra III de R\$ 48.872 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 391.685.

O reajuste tarifário médio de +15,84% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 17,67% e 15,14% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Revisão tarifária de 2019

Em 02 de abril de 2019, a diretoria da ANEEL decidiu instaurar audiência pública com o objetivo de discutir com a sociedade a 5ª Revisão Tarifária da Companhia. O período de contribuição se estende de 04 de abril a 17 de maio, com sessão presencial a ocorrer em São Paulo no dia 17 de abril.

O cálculo preliminar divulgado pela ANEEL é de um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de +6,32%. Vale destacar que tal cálculo é provisório, sendo que o valor definitivo somente será conhecido no dia 04 de julho, após a finalização da referida audiência pública.

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de março de 2019, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 15.8) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Plano de recuperação dos indicadores

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço ter apresentado melhorias nos últimos anos, participaria do segundo ciclo do plano de recuperação dos indicadores, tendo em vista que ainda figurava entre as 16 distribuidoras que necessitam de aprimoramento na qualidade do serviço. Em decorrência disso, no dia 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na ANEEL o plano de recuperação com a finalidade de fazer frente ao segundo ciclo de recuperação dos indicadores, o qual encontra-se em andamento, e foi aprovado pelo regulador em 21 de dezembro de 2017.

Em janeiro, maio e setembro de 2018, e janeiro de 2019, a Companhia apresentou à ANEEL os relatórios trimestrais de acompanhamento do plano de recuperação dos indicadores, onde foi evidenciada a evolução das ações realizadas, os recursos investidos para a melhoria contínua da prestação do serviço e os resultados alcançados em todas as dimensões do plano: qualidade do fornecimento, serviços comerciais, segurança do trabalho e da população e sustentabilidade econômico-financeira.

Acerca dos resultados alcançados, destaca-se a significativa melhora dos indicadores de continuidade do fornecimento, que acompanharam a trajetória de redução planejada para o presente período do Plano, mantendo a tendência de redução contínua, com exceção do primeiro trimestre de 2019 no qual a Enel São Paulo sofreu com os efeitos climáticos do verão. Nos indicadores comerciais, destaca-se a redução significativa de todos os prazos de conclusão de obras, que já atingiram, em sua maioria, resultados abaixo do limite acordado com a ANEEL para o final do Plano de Resultados. O próximo relatório de acompanhamento será entregue à ANEEL em maio de 2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de dezembro de 2018, através do Memorando nº 484/2018–SFE/ANEEL, a SFE apresentou o seu entendimento à Diretoria da ANEEL de que, considerando a evolução dos resultados apresentados pela Companhia, se faz desnecessária a manutenção do acompanhamento da execução do Plano da Empresa pela Diretoria da ANEEL. Diante do cenário de evolução, a Superintendência recomendou que a SFE e a ARSESP mantenham o acompanhamento em andamento até que o Plano de Resultados seja efetivamente concluído, visto que ainda há necessidade de melhorias em casos específicos.

Em 13 de março de 2019, a Companhia realizou uma nova reunião presencial com a Diretoria da ANEEL, apresentando um elenco de ações adicionais de modo a viabilizar o atingimento das metas do plano de recuperação dos indicadores. Este encontro ocorreu logo após os eventos climáticos sofridos no primeiro trimestre de 2019. Tais ações estão sendo implementadas pela distribuidora com o intuito de mitigar eventuais riscos do não cumprimento dos indicadores.

Ao final do segundo ciclo do plano, previsto para agosto de 2019, caso a Companhia não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2019 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 111.352 em 31 de março de 2019) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou diversos acordos bilaterais e participou em quase todos os meses de MCSDs. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o nível de sobrecontratação da companhia está dentro do limite regulatório. Para o ano de 2019, a Companhia projeta permanecer dentro do limite regulatório.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação serem involuntárias. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária.

No reajuste tarifário de 2018, de forma similar ao ocorrido quando do reajuste tarifário de 2017, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação, ampliação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores as sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo ou interdição de atividade.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência e assim evitar ou mitigar os impactos negativos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento socioambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política de Sustentabilidade consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Amiga da Criança.

32. Informações complementares

32.1 Às demonstrações do fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2019	31.03.2018
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	15.728	2.967

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31.03.2019	31.03.2018
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	103.709	30.869
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	1.933	2.031
Pagamento de juros	105.642	32.900

33. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 34 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no trimestre findo em 31 de março de 2019.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, segregados em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

2 - EBITDA

A Companhia informa as estimativas para o seu LAJIDA – Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”). Conforme indicado no item 3.2., o EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido, acrescidos dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das depreciações e amortizações.

b.) Período projetado e prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de 2019 a 2022, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 - EBITDA

A Companhia divulga projeções para o EBITDA para os anos de 2019 a 2021, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



2 - EBITDA

A projeção de EBITDA considera:

- Redução de penalidades e devoluções associadas a melhora dos indicadores de qualidade: Duração equivalente de interrupção por unidade consumidora ("DEC"); Frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora ("FEC"); e Perdas;
- Gestão da receita e inadimplência;
- Incremento de unidades consumidoras no período, de aproximadamente 7,2 milhões em 2018, para cerca de 7,6 milhões em 2021;
- Ganhos de eficiência devido à maior produtividade por unidade consumidora de aproximadamente 30%, refletido no indicador OPEX por unidade consumidora de aproximadamente R\$ 288 em 2018 para cerca de R\$ 206 em 2021;
- Base de Ativos Regulatória estimada em R\$ 1.157 por unidade consumidora em 2021;
- Energia distribuída estimada de cerca de 43TWh em 2018 para cerca de 47 TWh em 2021.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e os demais aspectos regulatórios que fogem ao seu controle.

Todas as projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da Administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico, incluindo reajustes e revisões tarifárias, e legislação ambiental vigentes e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para o período de cinco anos (2019-2022), incluído o exercício social corrente encontram-se na tabela a seguir:

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Investimentos estimados*	2019	2020	2021	2022	Ciclo 2019-2022
Financiados pela Companhia	777,8	1.032,1	1.085,4	1.217,5	4.112,8
Financiados pelo cliente	109,8	63,2	53,2	56,5	282,7
Total	887,7	1.095,3	1.138,7	1.274,0	4.395,7

2 - EBITDA

A Companhia projetou um EBITDA de R\$ 1.760 milhões para 2019, R\$ 2.269 milhões para 2020 e de R\$ 3.075 milhões para 2021.

e.) Projeções descontinuadas**1 - Programa de Produtividade**

Em função da divulgação do EBITDA, a Companhia optou por descontinuar a projeção de seu “Programa de Produtividade”, que se referia ao seu plano de redução das despesas operacionais. Tais ganhos de eficiência passam então a ser uma das premissas para a estimativa do EBITDA da Companhia.

Nota

i. As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre para findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota 3, em decorrência de mudanças de práticas contábeis na classificação de certas aplicações financeiras de curto prazo, serviços em curso, ativo e passivo setorial, variação cambial sobre energia comprada de Itaipu e juros sobre plano de benefício definido, as informações contábeis intermediárias correspondentes referentes às demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, referentes ao trimestre findo em 31 março de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de abril de 2019

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2019.

Barueri, 22 de abril de 2019.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Monica Hodor

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor Vice-Presidente

Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora Vice-Presidente

Rosario Zaccaria

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2019.

Barueri, 22 de abril de 2019.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Monica Hodor

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor Vice-Presidente

Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora Vice-Presidente

Rosario Zaccaria

Diretor Vice-Presidente

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Padronização do quadro de composição do capital, demonstrando a informação em milhares de ações